

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
LICENCIATURA EM LETRAS – LÍNGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA, E  
SUAS LITERATURAS

JENIFFER KANARECK DELICOR

Leitura, argumentação e mulheridade: uma proposta didática discursiva

Porto Alegre

2024

JENIFFER KANARECK DELICOR

Leitura, argumentação e mulheridade: uma proposta didática discursiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, e suas Literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Luciana Iost Vinhas

Porto Alegre

2024

JENIFFER KANARECK DELICOR

Leitura, argumentação e mulheridade: uma proposta didática discursiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa, e suas Literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 7 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Luciana Iost Vinhas - UFRGS

Orientadora

---

Profª Drª Carolina Fernandes - Unipampa

Examinadora

---

Profª Drª Marilene Aparecida Lemos - UFFS/UFRGS

Examinadora

---

Profª Drª Solange Mittmann - UFRGS

Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Jaqueline e Paulo, pelo amor, incentivo e apoio durante meu tempo de faculdade. As minhas gatas Stella e Uhura pela companhia durante o processo de escrita do TCC. Quero agradecer também aos meus melhores amigos, Leonardo, Georgia, Lucas, e principalmente, ao Cláudio pelo carinho, conselhos úteis, bem como palavras motivacionais, puxões de orelha e noites em claro organizando formatações e referências. E por último, a minha orientadora, Luciana Iost Vinhas, pela paciência e suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

*(...) democracia se faz com linguagem, e com  
conhecimento sobre a linguagem.*

*(Eni Orlandi)*

## RESUMO

Este trabalho enfatiza a importância da Análise do Discurso (AD) no ensino de Língua Portuguesa, buscando criar uma unidade didática discursiva (UDD) integrando a perspectiva discursiva ao currículo, trabalhando com a compreensão crítica dos discursos que constituem o imaginário dos alunos-leitores. A AD, conforme Magalhães et al. (2007), amplia a compreensão das práticas sociais mediadas pela linguagem. A abordagem da leitura, segundo Noble e Mittmann (2016), destaca a dupla materialidade do discurso, concebendo o gesto de leitura como interpretação simbólica. Propõe-se a intervenção teórica da AD em sala de aula para explorar a multiplicidade de sentidos em diversos gêneros textuais. A unidade didática proposta, fundamentada em Indursky (2019) e Fernandes (2021), enfoca a identidade de gênero, promovendo diálogo, diversidade e problematização das estruturas normalizadoras na escola. Sublinha-se a relevância da disciplina de Língua Portuguesa para desnaturalizar discursos preconceituosos, contribuindo para a autonomia e criticidade dos alunos.

**Palavras-chave:** discurso; mulheridade; unidade didática discursiva; leitura; argumentação; língua portuguesa.

## ABSTRACT

This paper emphasizes the importance of Discourse Analysis (DA) in Portuguese language teaching, seeking to create a discursive didactic unit (UDD) that integrates the discursive perspective into the curriculum, working with a critical understanding of the discourses that constitute the imaginary of student-readers. DA, according to Magalhães et al. (2007), broadens understanding of social practices mediated by language. The approach to reading, according to Noble and Mittmann (2016), highlights the double materiality of discourse, conceiving the act of reading as symbolic interpretation. The theoretical intervention of DA in the classroom is proposed to explore the multiplicity of meanings in various textual genres. The proposed didactic unit, based on Indursky (2019) and Fernandes (2021), focuses on gender identity, promoting dialogue, diversity, and problematization of normalizing structures in schools. The relevance of the Portuguese language discipline is underlined to denaturalize prejudiced discourses, contributing to the autonomy and criticality of students.

**Keywords:** discourse; womanhood; discursive didactic unit; reading; argumentation; Portuguese language.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - “Desista, querida!”

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Competências e Habilidades da BNCC referentes a unidade didática  
Quadro 2 - Metodologia da aula 1  
Quadro 3 - Metodologia da aula 2  
Quadro 4 - Metodologia da aula 3  
Quadro 5 - Metodologia da aula 4  
Quadro 6 - Metodologia da aula 5  
Quadro 7 - Metodologia da aula 6



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2. ANÁLISE DO DISCURSO.....</b>	<b>4</b>
<b>3. ANÁLISE DO DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>4. CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO NO ENSINO DE PORTUGUÊS... 13</b>	
<b>5. PROPOSTA DE UDD PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....</b>	<b>17</b>
5.1. UNIDADE DIDÁTICA DISCURSIVA — OS SENTIDOS DE “MULHER” EM DISPUTA — O QUE É SER MULHER?.....	19
5.2 - AULA 1 (2 PERÍODOS AULA).....	21
5.3 - AULA 2 (2 PERÍODOS AULA).....	23
5.4 - AULA 3 (2 PERÍODOS AULA).....	25
5.5 - AULA 4 (2 PERÍODOS AULA).....	26
5.6 - AULA 5 (2 PERÍODOS AULA).....	27
5.7 - AULA 6 (2 PERÍODOS AULA).....	28
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>7. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>31</b>
<b>8. ANEXOS.....</b>	<b>35</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o objetivo principal de produzir uma unidade didático-discursiva para o trabalho com argumentação pelo embasamento teórico da Análise de Discurso, e, com isso, auxiliar na formação de leitores críticos. Compreende-se que quando parte do currículo escolar, a perspectiva discursiva oferece aos alunos-leitores estímulos e apoio para o desenvolvimento da criticidade na compreensão dos ditos e não-ditos que formam a nossa realidade. Dessa forma, a leitura não funciona como mero instrumento de decodificação, mas como modo de reconhecimento das estruturas de dominação e transformação social. Segundo Magalhães et al. (2007), a AD pode contribuir para o ensino ao possibilitar aos alunos um entendimento mais amplo das práticas sociais que se efetivam pela linguagem. Essa compreensão pode ser alcançada por meio da análise dos mecanismos discursivos utilizados na produção de sentidos, que estão sempre relacionados à ideologia, e, conseqüentemente, às relações de poder e dominação que estruturam a sociedade.

Tendo em vista o desenvolvimento da leitura, de acordo com Noble e Mittmann (2016), que propõem a inserção dos alunos no jogo discursivo, destacando a dupla materialidade do discurso - a materialidade linguística e a materialidade histórica -, possibilitam duas abordagens de compreensão da leitura. Considerada *ato de leitura*, a primeira se dá com base na materialidade da língua, sendo o contato do sujeito-leitor como objeto de leitura. A segunda, por outro lado, se dá através da materialidade histórica que intervém acionando possíveis sentidos por meio de *gestos de leitura*, que consistem em movimentos que levam a possíveis interpretações sobre o objeto lido. Por esse motivo, segundo as autoras, o gesto de leitura não diz respeito necessariamente à leitura da palavra escrita, mas aos modos de ler que vão além da decodificação dos símbolos da escrita e dos sentidos evidentes (Noble e Mittmann, 2016). Dessa forma, a concepção de leitura adotada compreende o gesto de leitura como parte do processo de instauração de sentidos possíveis, e o texto deixa de ser entendido como um produto pronto do qual os sentidos dados são apenas retirados. O gesto de leitura, portanto, “é um gesto de interpretação simbólica, cujos sentidos não estão já dados, mas são construídos pelo sujeito-leitor, enquanto este também se constitui” (Noble e Mittmann, 2016, p. 72).

Logo, a Análise do Discurso, por ter um dispositivo teórico-analítico de compreensão dos processos de produção dos sentidos, pode funcionar como fundamentação de um trabalho com leitura em sala de aula em diferentes gêneros textuais, possibilitando à professora

elaborar de atividades didáticas para além do ensino tradicional das regras do sistema linguístico e gêneros textuais, mas colocar ênfase na multiplicidade de sentidos (Orlandi 2012), além de aproximar o ensino da realidade dos alunos pela abordagem de temas dos seus interesses. Portanto, propõe-se a elaboração de uma unidade didática discursiva (UDD) com base em Indursky (2019) e Fernandes (2021) para formação de sujeitos-leitores capazes de estabelecer relações entre os textos lidos e suas exterioridades, ou seja, compreendendo que os sentidos reproduzidos nos textos estão relacionados a algo que lhes é exterior e determinante.

Para a UDD, compreendida conforme apresentado em Fernandes (2021), buscou-se desenvolver o material de aprendizado com base na atualidade da discussão em torno da temática de identidade gênero, que, apesar de considerada polêmica, é compreendida como essencial no contexto escolar para promoção do diálogo, da diversidade de pensamento e “identidades” entre os estudantes. Historicamente, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos tributários de um conjunto de valores e normas que reduzem a figura do “outro” como estranho, categorizando assim todo aquele que não combinar as referências homem, branco, heterossexual, considerado “normal” física e mentalmente (Junqueira, 2013 apud Souza et al., 2017). Em consequência, a escola, nas palavras de Souza et al. (2017, p. 29), tornou-se “um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens”. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) menciona a questão de gênero, mas não a aprofunda. Cabe ao professor, então, usar a competência 9 (que trata da diversidade) para promover debates sobre gênero, levantando questões sobre as “estruturas normalizadoras” que existem na sociedade, provocando debates e levantando questões que insiram os alunos na problematização dessas estruturas no espaço escolar e fora dele.

A disciplina de Língua Portuguesa, trabalhando o desenvolvimento do leitor e considerando que o sentido sempre pode ser outro, permite a possibilidade de desnaturalizar discursos preconceituosos e excludentes cristalizados na sociedade. Por fim, procura-se com essa proposta de ensino refletir a importância da leitura pela abordagem da Análise do Discurso como forma de tensionar as relações de dominação que estruturam estruturas que organizam os discursos sociais, possibilitando uma leitura crítica do mundo.

Para atingir nosso objetivo, dividimos o presente texto em quatro partes. Primeiramente, temos uma breve apresentação sobre a Análise do Discurso; em seguida, relacionamos a AD ao estudo da argumentação. No quarto capítulo, passamos à contribuição da AD para o ensino de Língua Portuguesa, e, por último, apresentamos uma proposta

didática discursiva que articula leitura, interpretação e produção de textos pelo trabalho com questões de gênero.

## 2. ANÁLISE DO DISCURSO

Ao estudar o processo de produção dos sentidos através da linguagem, a Análise do Discurso se constitui como um campo fundamental para aqueles que desejam compreender não apenas as palavras ditas ou lidas, mas também os intrincados processos de significação e produção sócio-histórica que se dão por ela. Pela AD, pode-se explorar as nuances e mergulhar nos diferentes sentidos possíveis do universo complexo da linguagem, onde o sujeito e a ideologia se entrelaçam. Como base teórico-analítica, a AD permite compreender não apenas o que é dito, mas também o que não está dito, permitindo-nos investigar como os sentidos são produzidos e identificar os conflitos latentes na linguagem e nos sujeitos, proporcionando um entendimento mais rico e completo do tecido ideológico que atravessa a língua na qual estamos inseridos.

A Análise do Discurso de linha materialista<sup>1</sup> surgiu como uma resposta à necessidade de compreender como as palavras não apenas estabelecem efeitos de sentido, mas também refletem e reproduzem ideologias e relações de poder, e se consolidou como disciplina de entremeio que se estrutura no espaço que há entre a Linguística e as Ciências Sociais a partir dos estudos do filósofo Michel Pêcheux (Orlandi, 2015). O pesquisador da École Normale Supérieure (ENS Paris) teve, em seus estudos, o objetivo de compreender a linguagem através dos conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente, que, na teoria discursiva, deixaram suas formulações de origem e ganharam novas dimensões no estudo das relações de efeito-sentido (Brasil, 2011).

De acordo com Orlandi (2012) em “Análise de Discurso — Princípios e Procedimentos”, a disciplina visa compreender a língua/linguagem, fazendo sentido enquanto trabalho simbólico e parte do trabalho social geral, constitutivo dos homens e das suas histórias. Dessa forma, nela a linguagem é considerada o elemento mediador entre o homem e a realidade social a qual pertence. Logo, não se compreende mais a língua como um sistema abstrato, ideologicamente neutro, mas uma rede de produção de sentidos dos homens enquanto sujeitos históricos (Orlandi, 2012), e, portanto, interessa-se em analisar os processos e condições de produção da linguagem, estabelecendo relações entre os sujeitos-enunciadores, o tempo histórico e as práticas sociais nas quais eles estão estabelecidos para encontrar regularidades em sua produção.

---

<sup>1</sup> No presente texto, são considerados como “materialistas” os estudos de análise de discurso que entendem a língua como uma materialidade ideológica, em filiação ao empreendimento teórico desenvolvido por Michel Pêcheux.

A Análise do Discurso questiona a transparência da linguagem, considerando que a língua não é transparente (Orlandi, 2012) e tem um funcionamento parcialmente autônomo que consiste, enquanto lugar material, em regras próprias de sua estruturas interna, fonológica, morfológica, lexical e sintática, que são mobilizadas a partir de determinações sócio-históricas. Tais elementos materiais são colocados em circulação por meio de discursos que dependem de suas condições de produção, responsáveis pelas relações e possibilidade de formações discursivas que fazem sentido em um contexto, relativizando sua autonomia (Radde, 2020). Para isso, Pêcheux afastou-se de alguns campos da Linguística e articulou outros conhecimentos do campo das Ciências Sociais, tomando como objeto o discurso, que consiste na materialidade linguística como produção de efeitos de sentido. Ou seja, a língua deixa de ser compreendida como um sistema fechado, e considera-se as mais diferentes formas materiais significantes nas quais ela pode se concretizar. Ademais, estabelece-se uma noção de sujeito, para além da análise sintática, mas como um ser que fala, em mundo, interpelado por uma ideologia dominante (Dela-Silva et al., 2022). Como afirma Brandão (2004, p. 11), a linguagem, na AD é compreendida

[...]como elemento de mediação entre o homem e a sua realidade e como forma de engajá-lo a própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção.

A disciplina estuda a relação língua-discurso-ideologia partindo do discurso como seu objeto sócio-histórico, no qual o linguístico está pressuposto, propondo pensar a língua em sua inscrição histórica. Dessa forma, o discurso é concebido como os efeitos de sentido entre interlocutores, que está ligado às condições sociais, históricas e políticas em que é produzido e que está, de alguma forma, presente no modo como se produz o dito (Orlandi, 2012). De acordo com Orlandi (2012), ele é a materialidade da ideologia, e a materialidade dele é a língua, dessa forma, “[a AD] não separa o enunciado nem da sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem de suas interações subjetivas” (Maziere, 2007, p. 13).

À vista disso, segundo Dela Silva et al. (2022), Pêcheux estabelece um rompimento com a linguística gerativista, a qual atribui um valor biológico à linguagem; o autor desloca o conceito saussuriano de parole, no qual há uma dicotomia entre a língua e fala (langue e parole), sendo a fala concebida como uma ocorrência casual e individual, em um espaço de

liberdade. O autor aproxima-se do conceito psicanalítico de inconsciente, no qual o falante é visto, ao mesmo tempo, como livre e submisso. Os estudos “pêcheuxianos” estabelecem o sujeito entre o sujeito constituído através da história e o sujeito impossibilitado de sair da ideologia, recorrendo a preceitos Althusserianos; e também constituído em relação com o outro, dessa forma, nunca sendo totalmente a fonte do sentido (Leandro-Ferreira, 2020). A Análise do Discurso, portanto, identifica uma natureza contraditória no sujeito, permeada pela falta e impulsionada pelo desejo de alcançar totalidade, ansiando por ser pleno. Dessa forma, estabelece-se uma interação dinâmica entre a “identidade” e a alteridade; o sujeito da AD transcende a mera complementação do outro.

Para Althusser (1974), todo indivíduo humano é social, e só pode ser agente em uma prática social se se revestir na forma-sujeito, a qual é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, que se dá a partir da posição social de um sujeito em um dado momento histórico; conseqüentemente, a maneira como o sujeito experimenta o mundo é historicamente determinada. No entanto, esse processo ocorre proporcionando ao sujeito a ilusão de ter liberdade para pensar e se expressar. Essa sensação de liberdade é influenciada por uma série de elementos que não estão acessíveis a ele no cotidiano (como o inconsciente, a história dos fatos sociais, relações de poder, sistemas de relação e hierarquia familiar, entre outros). Esses elementos permeiam os sujeitos através de práticas discursivas que determinam a sua posição nas relações de poder, legitimadas pelos discursos que os situam. Compreende-se, assim, que o sujeito é submetido ao inconsciente, à história e à ideologia, pela qual é atravessado por meio de diversas formações discursivas, as quais são um conjunto de práticas que se definem por meio de um mesmo conjunto de condições de produção, um mesmo conjunto de regras e de efeitos de sentido (Pêcheux, 1995), dependendo de sua posição nas formações ideológica, que

constituem um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente com as posições de classe em conflito umas com as outras (Pêcheux e Fuchs, 1975, p. 166, grifos dos autores).

Em outras palavras, os sujeitos não são a origem dos sentidos, mas apenas pontos na relação de interlocução das formações discursivas. Segundo Brasil (2011), esses sujeitos não se pertencem, eles se constituem pelo esquecimento daquilo que os determina, e seus efeitos são elementos fundamentais para compreensão das relações do sujeito e ideologia na Análise do Discurso.

A noção de esquecimento é fundamental na compreensão da relação entre a língua, o discurso e o sujeito (Vinhas, 2020). Ela é constitutiva da linguagem e está ligada às suas propriedades polissêmicas e parafrásticas, que permitem ao sujeito a “impressão” de estar na origem do discurso. Ela é separada em duas formas distintas, uma da ordem do inconsciente e outra da enunciação. O primeiro esquecimento, ou número um, é chamado de esquecimento ideológico, através do qual temos a ilusão subjetiva de ser a origem do que dizemos, ou seja, ser a fonte do discurso. Para Vinhas (2020, p. 91), “o esquecimento faz parte da incompletude subjetiva, a qual depende tanto da interpelação ideológica quanto do atravessamento do inconsciente”. De acordo com Pêcheux (1995), esse esquecimento dá conta do fato de que o sujeito-enunciador não pode se encontrar no exterior da formação discursiva que o determina, pois no exterior de uma formação discursiva há outra formação discursiva. Portanto, isso significa que os discursos já estão em processo e os sentidos são determinados pela forma com que nos inscrevemos na língua e na história

O esquecimento número dois, chamado de ilusão referencial ou esquecimento enunciativo, está relacionado ao fato de acreditarmos que controlamos enunciativamente o sentido do que falamos, e nos faz acreditar que há uma ligação direta entre o que pensamos e o que falamos, e que o dito só pode ser dito daquela forma e não de outra (Orlandi, 2012). Pêcheux (1995) conceitua que, a partir do esquecimento número dois, o sujeito seleciona, no interior da formação discursiva que o domina, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase. Logo, o discurso é mais do que apenas palavras, é uma prática social e ideológica que molda e é moldada pelas estruturas sociais mais amplas, chamadas de condições de produção.

As condições de produção ocupam um lugar de destaque na Análise do Discurso, desde que não se considera mais possível afirmar a autonomia do sujeito em relação à produção de suas falas. Para Dela-Silva et al. (2022, p. 22), “a História comparece como condição necessária para a língua significar e não como uma simples contextualização para o que é dito pelos sujeitos”. Nas condições de produção, pode-se encontrar as condições sócio-históricas, incluindo relações de poder e ideologias dominantes na sociedade e eventos históricos que influenciam a produção do discurso. Pêcheux (1995) também enfatiza a posição do sujeito na produção do discurso, tendo em vista a sua posição social. A formação discursiva se constitui como uma rede de enunciados possíveis de serem ditos em um dado momento e posição sócio-histórica. Uma produção de enunciados feita através das marcações de uma formação discursiva dada, que atravessa o sujeito que produz, e que depende da posição desse sujeito.



Para Pêcheux (1995), a formação discursiva se refere a um conjunto de práticas discursivas que compartilham certas regras e regularidades. Cada formação discursiva representa uma maneira particular de conceber e articular a realidade, referida a ideologias e estruturas de poder específicas. Os enunciados que constituem as formações discursivas atravessam o sujeito e articulam a língua e o discurso, sendo que são elas que afirmam o que pode ser dito pelo sujeito em uma formação ideológica dada.

A noção de interdiscurso é a constituição de um discurso em relação a outros existentes (já-ditos). Pêcheux (1995, p. 162, grifos do autor) formula que “toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido, que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (...)”. Para o autor, o interdiscurso é o “todo complexo dominante”, no qual é possível observar outros sentidos, em um articulado de formações ideológicas representadas no discurso por meio das formações discursivas que determinam o sujeito, impondo-dissimulando seu assujeitamento, ou seja, mascarando a falta de autonomia do sujeito em relação à formação discursiva dominante. Podemos pensar o interdiscurso como um conjunto de discursos disponíveis para o sujeito, os quais são parcialmente reproduzidos pelo sujeito, que os atualiza e ressignifica como se próprios dele.

Logo, tendo em vista o exposto, podemos compreender que o sentido não é da ordem da língua, mas do efeito das condições de produção, ou seja, para a Análise do Discurso, uma disciplina semântica de base materialista, a ideologia é o elemento determinante do sentido. Assim, ela não apenas convida a refletir sobre a linguagem, mas também conduz a uma jornada fascinante para “ler” a história e a sociedade, através das palavras que escolhemos e das histórias que contamos.

### 3. ANÁLISE DO DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO

A argumentação está presente em diversas perspectivas sobre a linguagem e tem sido objeto de estudo desde a Antiguidade grega. Aristóteles, Perelman e Olbrechts-Tyteca, Toulmin, Ducrot, Ascombre, Carrel e Charaudeau são alguns dos teóricos que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos argumentativos, que podem ser divididos em dois grandes momentos: a retórica clássica que enfatiza a estrutura lógica dos argumentos e a Nova Retórica, desenvolvida no século XX, que remodelou algumas das concepções clássicas frente a novos papéis que foram se configurando a partir de outros aspectos das condutas humanas, as relações sociais e ideológicas da argumentação. Ao fim do período dominado pela Nova Retórica, os estudos argumentativos deixam o campo do discurso político para o estruturalista, onde se sucedeu como autor de referência Oswald Ducrot (Orlandi, 2021).

O campo da Análise do Discurso, em particular, parte da noção de Ducrot, que considera os encadeamentos argumentativos na significação das palavras e dos enunciados no qual o discurso é construído, contudo, diverge quanto à sua ordem. Para o autor, a argumentação seria da ordem da língua e não do discurso, ou seja, a argumentação ocorre no plano da significação, no modo como os argumentos e a conclusão são construídos e compreendidos. Logo, a argumentação não aspira persuadir o interlocutor, mas sim apresentar um raciocínio lógico, coerente e que leve a uma conclusão específica. A direção dada por Ducrot para os estudos da argumentação foram essenciais, pois, na perspectiva discursiva, a argumentação também não é considerada instrumento de persuasão; no entanto, é compreendida como um modo de funcionamento do discurso, ideologicamente estruturado e dependente da relação entre a linguagem e sua exterioridade (Orlandi, 2021). Dessa forma, a argumentação se dá na relação entre os sujeitos, os quais são pontos da relação de interlocução no jogo das formações imaginárias, nas quais estão inscritas as divisões ideológicas presentes na sociedade, e a língua apresenta formas que marcam essas divisões, e, a partir de uma perspectiva materialista, a argumentação é um mecanismo que reflete as relações de poder existentes na sociedade (Zoppi-Fontana; Oliveira, 2016). A argumentação (re)produz essas relações de poder, que estabelecem hierarquias entre os falantes. Ou seja, é importante observar que, mesmo quando a fala não é destinada ao convencimento de uma tese a partir de estratégias previamente programadas, seja por meio da conversação ou da literatura, ela ainda visa exercer alguma influência orientando modos de ver ou pensar (Amossy, 2011).

No texto “Sobre Discurso e Argumentação”, Orlandi (2023, p. 25) afirma que “temos um argumento quando uma formulação faz funcionar um confronto ideológico”, ou seja, ao produzir um deslocamento nos efeitos de sentidos, proporcionando um confronto de diferentes formações discursivas, com objetivo de sustentação de sentidos e posições-sujeito em relação a outras formações discursivas e a dominante. O modo pelo qual a argumentação permite direcionar o dizer para uma conclusão específica é apagando a possibilidade de outras conclusões direcionarem o sentido. O confronto entre diferentes formações discursivas é determinado pelo modo como elas atribuem significados às posições significativas em relação a um objeto simbólico. Para Pêcheux (1995, p. 160), as formações discursivas são elementos relacionados diretamente com as formações ideológicas, ou seja, “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa determinada conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (...)”. Logo, o argumento é uma forma de disputa simbólica pela significação de um objeto na luta de classes, visto que ele, ao dissimular a opacidade da significação, esconde o caráter político do sentido, enquanto oculta relações de poder que estão subjacentes a essa significação e, trabalhando como modo de funcionamento da ideologia, faz com que esse sentido seja percebido como algo natural e inevitável (Rodrigues e Agustini, 2023).

Dessa forma, por meio da argumentação, o sujeito tem em vista sustentar sua posição-sujeito na formação discursiva, e os confrontos e disputas de sentido se dão entre diferentes posições-sujeito de diferentes formações discursivas, portanto, não se trata apenas de convencimento, mas de um estabelecimento, relações de sentido que possibilitem a conquista de novos saberes na dinâmica social e política (Orlandi, 2023). Segundo Rodrigues e Agustini (2023, p. 297), o caráter político de um sentido está no fato de que ele pode ser sempre outro e a argumentação “o apresenta, também, como “único” e “inequívoco”, “não-contraditório”. Isso significa dizer que o que é dito ou interpretado tem sentido pela posição do sujeito nas formações discursivas.

Quando a argumentação é pensada a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, há duas noções fundamentais que devem ser destacadas e que estão na base para o seu funcionamento e articulação da linguagem com a ideologia e o político — a noção de antecipação e a de esquecimento. Segundo Orlandi (1998), a noção de antecipação é na maioria responsável pela argumentação, sustentada pelo funcionamento de formações imaginárias, nas quais se encontra a posição-sujeito projetada no discurso do locutor e interlocutor. No que a autora chama de “jogo de imagens”, nas formações imaginárias, há a imagem que o sujeito enunciador faz de si, a imagem que o sujeito faz do seu interlocutor e a

imagem que faz do seu objeto do discurso, assim como a imagem que seu interlocutor tem de si, do enunciador e do objeto de discurso (Pêcheux, 1969). A partir da possibilidade de “antecipação”, o locutor se coloca na posição que projeta do interlocutor (sua representação no discurso — a partir da posição do locutor) para antecipar a sua resposta de forma mais eficiente, de tal modo que o locutor formulará o seu dizer de acordo como o efeito que imagina que será produzido no interlocutor. Dessa forma, a argumentação se assenta no imaginário, de natureza discursiva, das posições sociais que constituem as condições de produção do discurso.

Argumentar é prever, tomado pelo jogo de imagens. Que se trate de transformar o ouvinte ou de identificar-se a ele, a antecipação joga a partir das diferentes instâncias dos processos discursivos [...] (Orlandi, 1998, p. 77).

A noção de relação de força complementa a noção de antecipação. Nela, o lugar social do sujeito-enunciador é constitutivo do que ele diz. Isso significa que as palavras do sujeito significam de forma diferente, dependendo do lugar social a partir do qual ele fala. Como a sociedade é marcada por relações sociais hierárquicas, as relações de força entre esses diferentes lugares sociais sustentam certas posições no poder. Isso significa que o lugar social do sujeito-enunciador determina o sentido de suas palavras e, por extensão, as relações de poder entre os interlocutores. Contudo, é preciso ter em vista que não se tratam de sujeitos físicos, mas imagens resultantes, projeções imaginárias. Nesse sentido, Bressan (2020, p. 127) destaca que “não se pode pensar a noção de formações imaginárias sem relacioná-la com as de sujeito e de condições de produção do discurso”.

Os esquecimentos, como vimos anteriormente, são separados em duas noções, uma da ordem da enunciação e outra do inconsciente, e estão ligados às funções de polissemia e paráfrase da linguagem. O esquecimento número um está ligado ao processo polissêmico da linguagem, onde ocorrem as rupturas e deslocamentos da significação; enquanto, o número dois está relacionado aos processos parafrásticos que indicam que o dito poderia ter sido dito de outra maneira (Orlandi, 2012). Para Orlandi (2012, p. 36), “todo o funcionamento da linguagem assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”. A autora defende que a paráfrase é a base da linguagem, por ser a partir da repetição de sentidos, da sustentação no saber discursivo, que os sentidos são produzidos. A polissemia, por sua vez, é a fonte da linguagem ao ser a própria existência dos discursos. Isso ocorre porque, se os sentidos e os sujeitos não fossem múltiplos, não haveria necessidade de dizer nada. Os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros, conforme a forma com a qual se inscrevem na

história e como trabalham a paráfrase e a polissemia. Nesse jogo entre o “mesmo” e o “diferente”, ao falar, mexemos na rede de filiações dos sentidos, mas sempre a partir de sentidos já existentes. Isso ocorre porque usamos palavras já ditas, que carregam em si uma rede de significados cristalizados.

Considerando esses processos, na Análise do Discurso, há uma distinção entre a criatividade e a produtividade. A criatividade é um processo de ruptura da linguagem, que ocorre a partir do deslocamento de sentidos já estabelecidos. Esse deslocamento faz intervir o diferente, produzindo movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua, e esses movimentos podem gerar novos sentidos. A produtividade, por sua vez, é o oposto da criatividade. Ela ocorre a partir da reiteração de sentidos já cristalizados (Orlandi, 2012). Com base nessas noções, podemos concluir que todo discurso está em diálogo com outros discursos, sendo marcado pela ideologia.

O processo interpretativo na Análise do Discurso também é relevante ao pensar a argumentação, tendo em vista que é um processo constitutivo da significação, pois o sentido não existe do que vem antes, mas é construído a partir da interlocução entre os sujeitos e os objetos simbólicos. O sujeito da ideologia é um ser interpretativo por natureza, e, frente a qualquer objeto simbólico, ele é obrigado a atribuir-lhe um sentido. Para Campos (2020), por um efeito ideológico, a interpretação se apaga no instante em que a interpretação ocorre. Dessa forma, é um processo histórico-social, mas, por ilusão da transparência, a tomamos como natural, acreditando que o sentido é preexistente. Contudo, o fato de o sentido ser um e não outro está atrelado às condições de produção do gesto interpretativo, que não é

(...) um mero gesto de decodificação, apreensão do sentido. A interpretação não é livre de determinações: não é qualquer uma e é desigualmente distribuída na formação social. Ela é “garantida” pela memória, sob dois aspectos: a. a memória institucionalizada (o arquivo), o trabalho social da interpretação onde se separa quem tem e não tem direito a ela; b. a memória constitutiva (o interdiscurso), o trabalho histórico da constituição do sentido (o dizível, o interpretável, o saber discursivo (Orlandi, 2012, p. 47).

A interpretação de um argumento é, portanto, uma forma de o sujeito se posicionar frente à constituição do sentido, sua formulação e circulação. Isso ocorre porque um argumento é um lugar de encontro de interpretações, que estão inscritas em uma formação discursiva, é um lugar provisório da metáfora, em relação a outras formações discursivas (Orlandi, 2021). Dessa forma, a AD trabalha buscando compreender o gesto interpretativo no objeto simbólico da palavra e os efeitos da interpretação, ao que cabe referir que “não se pode desvincular a interpretação da ideologia” (Orlandi, 2021, p. 111).

#### **4. CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO DISCURSO NO ENSINO DE PORTUGUÊS**

A leitura como um exercício de interpretação e prática social em uma sociedade cada vez mais dependente do discurso sociopolítico é essencial aos alunos brasileiros. O avanço do uso da internet no cotidiano facilitou o acesso à informação e à participação no discurso público, contudo, nem todos os sujeitos-leitores dos meios digitais compreendem o conteúdo disponibilizado, seja escrito ou audiovisual, e sua relação com a exterioridade. Quando parte do ensino, a análise de perspectiva discursiva pode auxiliar o professor a elaborar unidades didáticas discursivas visando à compreensão da sociedade através da leitura de textos, de sentidos em circulação, e identificação de discursos que regulam as estruturas sociais de dominação vigentes, tornando, assim, o estudo da Língua Portuguesa uma forma de reflexão sobre a realidade e, por isso, significativo ao estudante.

De acordo com Dias Di Raimo e Fracasse-Stefaniu (2017), a perspectiva discursiva, por buscar compreender o sentido contemplando suas determinações históricas, permite o trabalho com o seu método de análise a diversos tipos e gêneros textuais, em uma variedade de unidades didáticas. Tendo em vista que a análise dos processos de constituição, formulação e circulação do texto, a partir dos conceitos apresentados pela corrente teórica, permitem ao aluno-leitor compreender os processos de significação de um texto, proporcionando uma leitura para além da decodificação. Contudo, elaborar unidades didáticas com base teórica-metodológica discursiva, segundo Fernandes (2021), implica que o professor entenda a linguagem como sendo histórica-ideológica e conduza a aprendizagem para além da compreensão das regularidades do sistema linguístico, visando também o ensino do funcionamento da linguagem em sua relação com a exterioridade. Dessa forma, afasta-se da pedagogia tradicional baseada no ensino da gramática e modelos textuais que não permitem o aluno se colocar na posição de autor e desprender-se do processo de repetição dos mesmos sentidos.

As noções de autor e leitor são fundamentais ao pensarmos o trabalho com a AD e a prática discursiva em sala de aula, com relação à constituição dos sentidos dos objetos de leitura. Segundo Silva (2009), o sujeito-autor, ao produzir o texto, seleciona determinadas formulações entre outras possíveis já inscritas na memória discursiva. Essas formulações são escolhidas com base nos sentidos de dizer já-ditos (pré-construído), ou seja, os sentidos que já foram produzidos por outros em outro momento ou lugar. Logo, para o texto poder ser formulado, é preciso que o sujeito-autor esteja inserido historicamente no espaço de repetição

do dizer, o qual é parte do movimento de instauração dos sentidos. No processo de interpretação, a autora explica que o sujeito-leitor tem a ilusão de ser a origem do dizer, contudo, ele está ilusoriamente atribuindo sentido às palavras como se os sentidos já estivessem anteriormente dispostos nelas, esquecendo da relação entre os sentidos e a exterioridade (Silva, 2009). Dessa forma, ambas noções seriam complementares quando ambos sujeitos se identificam com o lugar que lhes é reservado no espaço de reprodução dos sentidos preestabelecidos, e a autoria se dá na relação com o leitor que tem em vista compreender o texto pelos sentidos já inscritos na memória discursiva, para Silva (2009). Entretanto, do ponto de vista discursivo, na interpretação não há apenas um tipo de repetição de sentidos. Orlandi (2007, p. 70, grifos da autora) propõe três tipos de repetição que produzem o que chama de “evento interpretativo”:

- a) a *repetição empírica*, exercício mnemônico que não historiciza de,
- b) a *repetição formal* - técnica de produzir frases, exercício gramatical que também não historiciza - de,
- c) a *repetição histórica*, a que inscreve o dizer no repetível enquanto memória constitutiva, saber discursivo, em uma palavra: interdiscurso. Este, a memória (rede de filiações), que faz a língua significar. É assim que sentido, memória e história se intrinacam na noção de interdiscurso.

A repetição histórica, de acordo com Silva (2009), apesar de inscrever o sujeito na ordem do repetível, abre espaço para a constituição de outros sentidos no processo de interpretação, tendo em vista a possibilidade de o sujeito-autor/leitor de ter compreensão dos sentidos institucionalizados, mas também atribuir outros sentidos para o objeto de leitura, assim, inscrevendo-se na memória discursiva.

Para isso, é preciso estabelecer práticas de leitura e produção textual em sala de aula, sob perspectiva discursiva, visando a compreensão dos movimentos de construção dos sentidos e permitindo ao aluno condições de acessar os textos com objeto simbólico e produto social, histórico e ideológico (Pêcheux, 1995). Indursky (2019) propõe, então, a elaboração do que chama de “arquivo pedagógico”, uma coletânea de textos de um único determinado tema, organizada pelo professor ou pelo aluno sob supervisão do professor. Os arquivos pedagógicos são representações do interdiscurso<sup>2</sup> e da memória discursiva, por meio de um conjunto de textos que constituem o contexto discursivo de um determinado texto. Por meio dos arquivos pedagógicos, é possível mostrar aos alunos-leitores que os textos não iniciam neles mesmos, mas que são respostas, ecos, contestações ou o acesso a diferentes formações discursivas, e que podem se inscrever em diferentes formações discursivas, associadas a uma

---

<sup>2</sup> No entanto, Indursky (2019) ressalta a importância do fato de que não é possível representar completamente o interdiscurso e a memória discursiva, por serem infinitos e anônimos.

rede de memória. Dessa forma, para a autora, criam-se condições necessárias para que os alunos-leitores possam identificar diferentes posicionamentos sobre um mesmo tema e desenvolver uma postura crítica e reflexiva em relação aos textos, essencial para a compreensão do sentido do discurso e produção escrita autoral. Em vista disso, Indursky (2019) recomenda colocar em foco o intertexto e o interdiscurso, permitindo que os alunos pensem a relação que existe entre textos e as possibilidades de releitura/reescrita que os textos estabelecem entre si. Assim, a atividade didática conduz o aluno à construção de suas leituras e o habilita para “se apropriar de enunciados postos à sua disposição para produzir, a partir deles, seus próprios textos” (Indursky, 2019, p. 107, grifos da autora).

Nessa perspectiva, Fernandes (2021) propõe procedimentos metodológicos para a prática pedagógica discursiva, que consistem no *objetivo pedagógico* de conduzir o sujeito-aluno à interpretação, análise, reflexão e tomada de posição (autoria); a elaboração do *arquivo pedagógico* conforme os objetivos pedagógicos; a *leitura interpretativa e analítica* dos fios do discurso; *construção de subprocessos* que produzem a unidade didática discursiva; e, por último, o *desfecho pretendido* do desenvolvimento da autoria (professor e aluno). Os subprocessos de construção da unidade didática discursiva são etapas do trabalho pedagógico. A autora, ainda com base em Indursky, estabelece as seguintes etapas: 1ª a *leitura interpretativa* ou *espontânea* do arquivo pedagógico, na qual o aluno-leitor é exposto à opacidade dos textos, podendo produzir diferentes gestos de interpretação; 2ª *processo de identificação*, no qual o aluno-leitor se posiciona com relação aos textos; 3ª *recorte de fios discursivos*, no qual o aluno-leitor, ao posicionar-se, recorta do interdiscurso sentidos e relaciona outros segundo a formação discursiva em que se inscreve; 4ª *arranjo dos fios discursivos*, nessa etapa o aluno-leitor assume função de autor na organização dos discursos recortados do interdiscurso; 5ª *produção do próprio texto*, o aluno-autor produz o efeito de originalidade, criatividade e unidade à sua produção textual; e, por último, 6ª a *inserção do aluno-leitor/autor no arquivo pedagógico* e inscrição em redes de memória e à historicidade. Segundo Fernandes (2021), as etapas mencionadas anteriormente visam promover a reflexão sobre um determinado tema e a instauração da autoria através da leitura e análises feitas pelos alunos. Para isso, as etapas são organizadas para permitir que os alunos compreendam o contexto discursivo em que os textos estão inseridos, questionem os sentidos produzidos pelos textos e produzam seus próprios sentidos.

Logo, o ensino dos aspectos discursivos da linguagem expõe o aluno à materialidade do texto, proporcionando uma leitura crítica que vai além da superficialidade, ou literalidade, do texto e possibilita o reconhecimento dos seus sentidos, como propõem Dias Di Raimo e



Fracasse-Stefaniu (2017, p. 40): “em todo texto devemos considerar aquilo que é dito naquele momento, o que já foi dito e esquecido e também aquilo que não foi dito, mas faz sentido”. Segundo Fernandes (2018), estudando os aspectos discursivos do texto, podemos compreender a produção de sentidos na língua, os diferentes discursos que circulam na sociedade e podemos nos posicionar frente a eles com autoria e relativa autonomia. Ou seja, a partir da leitura discursiva, podemos desenvolver uma postura crítica e reflexiva nos alunos que os permita questionar discursos e construir e os próprios sentidos.

## 5. PROPOSTA DE UDD PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Por meio dos procedimentos metodológicos de Indursky e Fernandes, apresentados no capítulo anterior, propõe-se a construção de uma unidade didática discursiva (Fernandes, 2021) de leitura e escrita para alunos de 3º ano do Ensino Médio, na disciplina de Língua Portuguesa, com temática relacionada às questões de gênero, visando a conceitualização do que é ser “mulher”. Para a escolha do tema, assumiu-se ser importante expor os alunos a discussões em relação à feminilidade das mulheres trans. Entende-se que é válido destacar que há outras categorias que apresentam entrelaçamentos com as questões de gênero, porém, norteou-se em analisar as discussões em relação à conceitualização de “mulher”, tendo em vista que em agosto de 2023 essa temática “viralizou” nas redes sociais após virar tópico de disputa em uma sessão parlamentar na qual as deputadas federais Cristiane Lopes (UNIÃO-RO) e Erika Hilton (PSOL-SP) discutiram sobre o tema na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados. Apenas na plataforma X (antigo Twitter), o registro da sessão foi assistido mais de 2 milhões de vezes. No vídeo, Cristiane Lopes argumenta que as mulheres trans e travestis estariam “roubando o lugar de mulheres de verdade” na política, e Erika Hilton contra-argumenta em defesa da “mulheridade” das mulheres trans.

Dessa forma, é possível observar que a temática da transexualidade vem ganhando cada vez mais visibilidade no contexto social brasileiro. No entanto, para compreender sua complexidade é preciso observar os discursos em circulação sobre os sujeitos transexuais, tendo em vista que a diferença entre os sexos é uma construção social que estabelece papéis pré-construídos com expectativas de comportamento naturalizados. Os sujeitos transexuais contrariam os papéis de gênero preestabelecidos conforme o sexo biológico, e muitas vezes ressignificam as noções de feminilidade e masculinidade socialmente normatizadas. Isso desafia a construção social de mulher e homem socialmente estabelecida, e, conseqüentemente, as relações de poder que estão associadas a essas construções (Dieguez, 2016). Logo, partindo do pressuposto de que a ideologia interpela os sujeitos a se identificarem com determinados sentidos, que acreditam ser fonte do dizer e dos efeitos de sentido produzidos (Pêcheux, 1995), não podemos desvincular tais noções de masculinidade e feminilidade da ideologia. Dessa forma, pode-se compreender que os saberes pré-construídos na memória do dizer estabelecem o que é ser mulher e homem, e, portanto, os deslocamentos de sentido colocados em circulação por sujeitos transexuais, tanto pela língua quanto pelo corpo, disputam lugar com sentidos já institucionalizados no interdiscurso.

Nessa perspectiva, o objetivo da UDD é apresentar aos alunos diferentes sentidos de “mulher” produzidos a partir de condições de produção específicas e inseridos em um contexto discursivo também específico. Espera-se que, por meio de questionamentos incitados pelo contato com textos, os alunos possam reconhecer, identificar-se e apropriar de enunciados de diferentes formações discursivas, e, por último, inserirem-se na rede de memória discursiva, por meio da produção textual. Para isso, optou-se pela construção do *arquivo pedagógico*, proposto Indursky (2019), composto por uma coletânea de textos de diversos gêneros textuais que abordam o tema de questões de gênero relacionadas à figura da mulher e que oferecem perspectivas diversas sobre o conceito. O título escolhido para a unidade foi: *Os sentidos de “Mulher” em disputa — o que é ser mulher?*. Para mobilizar os sentidos em questão, foram selecionados textos nos quais se considera possível identificar posições antagônicas. Desse modo, a coletânea é composta pelo vídeo e transcrição das falas no embate entre as deputadas federais Cristiane Lopes e Erika Hilton, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados de agosto de 2023 (ANEXO A)<sup>3</sup>; uma tirinha sem título da cartunista trans Laerte<sup>4</sup>; o texto de introdução do livro “Transfeminismo”, escrito pela pedagoga, professora e pesquisadora travesti Letícia Nascimento (2021), intitulado “E não posso ser eu uma mulher?” (ANEXO B); e o artigo de opinião “O que é uma mulher?” publicado por Cila Santos no blog do coletivo QG Feminista<sup>5</sup> (ANEXO C).

A abordagem dos textos e o planejamento das atividades propostas na unidade foram formuladas em etapas, conforme os *subprocessos* (Indursky, 2019; Fernandes, 2021), visando promover a reflexão sobre o tema da conceitualização de mulher e a instauração da autoria por análises guiadas e da produção de um artigo de opinião individual. Para isso, orienta-se pela perspectiva discursiva do sentido como produto da história e da ideologia de que todo texto produz efeitos de sentido nos sujeitos-autores ou leitores interpelados pela ideologia. E, tendo em vista a compreensão dos sentidos de um texto, entende-se que é importante identificar os indícios ideológicos, que podem ser palavras, frases, metáforas, ironias, alegorias e estratégias argumentativas, por exemplo. Esses indícios podem passar despercebidos pelo leitor por estarem presentes no texto sutilmente, ou na sua relação com a exterioridade. No entanto, eles são fundamentais para sua compreensão do sentido, e sua identificação permite ao leitor compreender o jogo semântico-discursivo do texto, isto é, as

---

<sup>3</sup> Vídeos retirados do Portal da Câmara dos Deputados — COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER; Discussão e votação de propostas legislativas-30/08/2023. Acesso em: 18 de jan. 2024; e transcrição realizada por meio da plataforma de edição de vídeo Capcut.

<sup>4</sup> Não foram encontradas informações específicas de publicação.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://qgfeminista.org/o-que-e-uma-mulher/> Acesso em: 18 de jan. de 2024.

estratégias que o autor utiliza para produzir sentidos. O trabalho com a unidade didática é um trabalho de interpretação calcado no funcionamento material do texto e, em função disso, o reconhecimento da forma como a língua coloca em circulação diferentes possibilidades de sentidos, a depender da relação com a ideologia, é importante no contexto pedagógico, já que os sentidos não existem fora de uma relação com a língua.

### 5.1. UNIDADE DIDÁTICA DISCURSIVA — OS SENTIDOS DE “MULHER” EM DISPUTA — O QUE É SER MULHER?

Propõe-se organizar a unidade em uma sequência, contemplando 6 aulas de 2 períodos, de modo a oportunizar situações didáticas variadas em que seja possível retomar os conteúdos abordados em diversas oportunidades, buscando sempre integrar as habilidades e competências propostas pela BNCC, assim como os subprocessos, mencionados no capítulo anterior.

**Quadro 1** - Competências e Habilidades da BNCC referentes à unidade didática

<b>Eixos estruturantes</b>	Habilidades associadas à área e competências gerais da BNCC.
<b>Objetivo</b>	Aprimorar a capacidade de leitura, interpretação e argumentação e de produção de texto, para que os alunos se tornem leitores e escritores capazes de compreender a polissemia de sentidos em circulação na sociedade atual.
<b>Objetos do conhecimento</b>	Leitura e produção de textos argumentativos; Análise de textos argumentativos; Efeitos de sentido na linguagem.

<p><b>Habilidades associadas à área</b></p>	<p><b>(EM13LP01)</b> Relacionar o texto, tanto na produção como na leitura/ escuta, com suas condições de produção e seu contexto sócio-histórico de circulação (leitor/audiência previstos, objetivos, pontos de vista e perspectivas, papel social do autor, época, gênero do discurso, etc.), para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de análise crítica e produzir textos adequados a diferentes situações.</p> <p><b>(EM13LP05)</b> Analisar, em textos argumentativos, os posicionamentos assumidos, os movimentos argumentativos (sustentação, refutação/ contra-argumentação e negociação) e os argumentos utilizados para sustentá-los, para avaliar sua força e eficácia, e posicionar-se criticamente diante da questão discutida e/ou dos argumentos utilizados, recorrendo aos mecanismos linguísticos necessários.</p> <p><b>(EM13LP06)</b> Analisar efeitos de sentido decorrentes de usos expressivos da linguagem, da escolha de determinadas palavras ou expressões e da ordenação, combinação e contraposição de palavras, dentre outros, para ampliar as possibilidades de construção de sentidos e de uso crítico da língua.</p>
<p><b>Competências Gerais</b></p>	<p><b>9.</b> Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>
<p><b>Processo Criativo</b></p>	<p>Elaboração de roteiros para produção de tirinhas e produção de artigos de opinião.</p>
<p><b>Organização da turma</b></p>	<p>Semicírculo e grupos.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

O quadro exposto foi elaborado com base na BNCC (Brasil, Ministérios da Educação, 2018) para apresentar um conjunto de informações sobre o objetivo de aprendizagem específico para a área de Linguagem, Códigos e suas Tecnologias. As habilidades, competências e objetos de conhecimento foram selecionadas para o desenvolvimento da capacidade de leitura, interpretação e argumentação, bem como na produção de textos adequados a diferentes situações. A competência geral 9 embasa a discussão e problematização do tema em questão. Busca-se como o processo criativo proposto contribui para o desenvolvimento da autonomia e da criatividade dos alunos, além de estimular a reflexão crítica sobre os diferentes sentidos presentes na sociedade. Os alunos serão dispostos em semicírculo para as discussões e realizarão as atividades, até mesmo as individuais, em grupos, possibilitando a troca de ideias sobre o tema abordado.

## 5.2 - AULA 1 (2 PERÍODOS AULA)

### Quadro 2 - Metodologia da aula 1

**Duração:** cerca de 100 minutos;

**Local:** Sala de aula ou biblioteca;

**Organização dos alunos:** Em semicírculo para a conversa inicial e em duplas para realização da atividade.

**Recursos ou material necessário:** Quadro, caneta, wi-fi, projetor, lápis, borracha, folha com transcrições e caderno.

**Subprocesso 1:** Conhecer o tema em questão, por meio da leitura de textos, da escuta de debate, da discussão com colegas e da interpretação de textos, possibilitando que os alunos expressem suas impressões sobre o tema exposto, a fim de proporcionar oportunidade para leitura parafrástica ou polissêmica.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Para a primeira aula, propõe-se iniciar como uma atividade de pré-leitura a partir da introdução da temática da identidade de gênero em uma roda de conversa guiada para a reflexão sobre os conceitos que influenciam a identidade de gênero dos próprios alunos. Durante a conversa se espera que os alunos apresentem seus posicionamentos de origem e seu próprio arquivo de leitura sobre o tema. Para a prática de leitura, visando oportunizar aos alunos contato com o sentido por meio de diversos gêneros textuais, propõe-se iniciar a leitura do *arquivo pedagógico* assistindo ao vídeo do embate político entre as deputadas federais na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, concomitantemente com a leitura da transcrição presente no Anexo B, que deve ser entregue antes da reprodução do vídeo. Com o primeiro texto, busca-se iniciar o processo de leitura e autoria dos alunos e os atualizar sobre as

discussões acerca da “mulheridade” das mulheres trans e a pluralidade do sentido de “mulher” em circulação na sociedade.

Ao realizar o trabalho de análise discursiva das falas das deputadas, anterior à elaboração da unidade didática, identificou-se duas formações discursivas distintas. As formações discursivas não serão aqui nomeadas, mas podemos afirmar que organizam sentidos referidos a duas posições sobre a mulher: uma posição relacionada ao conceito de mulher biológica ou mulher de “fato” e outra posição relacionada ao conceito de mulheridade ou a mulher plural. A primeira formação discursiva, na qual está inscrita a deputada Cristiane Lopes, está baseada na noção essencialista de que a mulher de “fato” é definida por suas características biológicas, como genitália, hormônios, cromossomos, processo de gestação; além de características comportamentais, como a feminilidade, a maternidade, a sensibilidade, a delicadeza e o equilíbrio. A segunda formação discursiva, a de mulheridade, está baseada no reconhecimento de que a mulher é definida por sua identidade de gênero, ou seja, por como ela se identifica, independente de características biológicas. Nesta formação discursiva, compreende-se que há variedade de performances e representações de “mulher”.

A deputada Cristiane Lopes, que defende a definição de mulher biológica, reproduz a formação discursiva para argumentar a favor da exclusão de mulheres trans de lugares destinados a mulheres, em prol da necessidade de proteger as mulheres biológicas. Ela afirma que as mulheres biológicas estão vulneráveis, pois a conquista de direitos para mulheres trans se dá às custas dos direitos e da liberdade de expressão das mulheres de “fato”, e que, portanto, devem ter seus direitos protegidos. A deputada usa como estratégia argumentativa ditos que fazem parte do discurso conservador, elaborando sobre o uso de banheiros públicos, a questão das competições, pois pressupõe que mulheres trans teriam vantagens sobre mulheres biológicas, e afirma estar cuidando da população em nome de Deus, sustentando a tese de violência contra a mulher levantada por ela. Em contra-argumento, a deputada Erika Hilton, que defende o conceito plural de mulher, reproduz a segunda formação discursiva para argumentar que a exclusão de mulheres trans de lugares destinados a mulheres é uma forma de discriminação transfóbica que se dá através da retirada da mulheridade das mulheres trans. Ela afirma que as mulheres trans são mulheres da mesma forma que as mulheres cisgênero, pois o “conjunto de mulheres da sociedade tem suas particularidades” (Anexo B); dessa forma, compreendemos que argumenta com base no discurso feminista negro e, também, no feminismo interseccional, que considera fatores como raça, classe social, origem, orientação sexual, entre outros; e que, portanto, devem ser incluídas em todos os espaços e oportunidades.

Em sequência, retoma-se a roda de conversa permitindo que os alunos expressem suas interpretações do texto, norteadas para a identificação das formações discursivas distintas, as quais se optou por denominar como “posicionamento” dos sujeitos-enunciadores, já que os conceitos específicos da Análise de Discurso funcionam no embasamento da professora na elaboração da unidade didática, mas não são apresentados aos estudantes como categorias que devem ser aprendidas. Tendo em vista a elaboração de uma análise textual discursiva, após a conversa, elaboraram-se as seguintes questões para a atividade de interpretação do jogo-argumentativo entre as deputadas: 1) Ao assistir às falas das deputadas, que impressões vocês tiveram da discussão em pauta na Câmara dos Deputados?; 2) Explique o uso recorrente da expressão *de fato* pela deputada Cristiane Lopes ao falar das mulheres; 3) Vocês conheciam o argumento de *mulheridade*, usado pela deputada Erika Hilton? A quê se refere?; 4) Vocês concordam com o comentário da deputada Erika Hilton em relação à condição das mulheres trans “*a sociedade ainda nos enxerga como menos mulher e ao nos enxergar como menos mulher também nos enxerga como menos cidadão*”? Explique; 5) Apesar de serem mulheres deputadas federais, as duas mulheres apresentam posicionamentos diferentes sobre o que é ser mulher. Quais outras diferenças podemos destacar entre elas? Como essas diferenças influenciam seus argumentos na discussão sobre os direitos da mulher?; 6) Por que a deputada Cristiane associa um aperto de mão forte na interação entre mulheres na política a *masculinização*?; 7) Quais recursos linguísticos e não-linguísticos auxiliam as deputadas a formularem seus posicionamentos?; e 8) Elabore um quadro comparativo dos posicionamentos de cada deputada, e indique quais sentidos de mulher emergem.

### 5.3 - AULA 2 (2 PERÍODOS AULA)

#### Quadro 3 - Metodologia da aula 2

**Duração:** cerca de 100 minutos;

**Local:** Sala de aula ou biblioteca;

**Organização dos alunos:** Em semicírculo para a conversa inicial e, posteriormente, a realização das atividades em grupo de até 5 alunos.

**Recursos ou material necessário:** Quadro, caneta, lápis de cor, borracha, folha com imagem e caderno.

**Subprocesso 2:** Análise do tema por meio da tirinha, considerando o contexto em que foi produzida, os sujeitos que produz e suas posições sociais e discursivas, bem como o contexto sócio-histórico em que está inserida, além de questões referentes a paráfrase e a memória discursiva.

**Fonte:** Elaborado pela autora



Dando continuidade às atividades, na aula seguinte, planeja-se uma atividade de pré-leitura para apresentação da autora Laerte e apresentação da personagem trans Muriel. Em seguida passar à leitura de uma cômica e crítica tirinha sem título da cartunista Laerte (Figura 3), na qual a personagem trans Muriel é informada por uma mulher cisgênero<sup>6</sup> que não é uma “mulher de verdade”. A fim de debochar da afirmação da mulher cisgênero, em uma tentativa de atribuir comicidade à situação, Muriel gesticula com as mãos e a convida para imitá-la. Após a tentativa frustrada da mulher cisgênero de imitar o gesto de Muriel, a personagem trans a informa que está tudo bem, pois ela “não é uma verdadeira Muriel!”.

Figura 1: “Desista, querida!”



Fonte: <http://murieltotal.zip.net>

A tirinha funciona como uma crítica à noção de que a identidade de gênero é determinada por características físicas ou biológicas. A mulher cisgênero, baseada em uma noção essencialista de gênero, afirma que Muriel não é uma “mulher de verdade” porque não possui os mesmos atributos físicos que uma mulher cisgênero. No entanto, após a tentativa frustrada da mulher de imitar o gesto da personagem trans, a personagem é consolada por Muriel que a informa que ela “não é uma verdadeira Muriel”, portanto está tudo bem. A fala de Muriel é uma afirmação e celebração à sua identidade como mulher trans. A personagem declara que ela é uma mulher, independentemente da forma que expressa o gênero. Na tirinha, Laerte critica o discurso essencialista, e mostra que a identidade é uma construção social que se manifesta de formas diversas, para além de características físicas ou biológicas.

Nessa prática de leitura, espera-se que os alunos identifiquem similaridades com as formações discursivas, mencionadas nas atividades anteriores, porém, agora em funcionamento em um contexto cotidiano e descontraído, produzindo um efeito de sentido de

<sup>6</sup> Cisgênero é o termo associado aos indivíduos que se identificam com o gênero biológico.

humor e resistência. Para a atividade em sequência, propõe-se que os alunos façam uma breve consideração a respeito do texto, os deixando livres para expressar suas opiniões. Após os comentários, propõe-se questionar os alunos em relação aos enunciados “verdadeira mulher” e “verdadeira Muriel”, possibilitando que eles percebam o deslocamento de sentido, e a relação dos enunciados da tirinha e com texto da aula anterior. Para a atividade, os alunos devem criar uma tirinha com diálogo cômico reformulando as noções expressas pelas personagens. Suscita-se, com isso, refletir sobre os conceitos que influenciam as suas próprias identificações. Em seguida, eles serão convidados para apresentar suas produções em roda de conversa guiada.

#### 5.4 - AULA 3 (2 PERÍODOS AULA)

##### Quadro 4 - Metodologia da aula 3

**Duração:** cerca de 100 minutos;  
**Local:** Sala de aula, biblioteca ou informática;  
**Organização dos alunos:** Dispostos em semicírculo para a conversa inicial, e, posteriormente, a realização das atividades em grupo de até 5 alunos.  
**Recursos ou material necessário:** Quadro, caneta, wi-fi, lápis, borracha, folha com texto, computadores fornecidos pela escola e caderno.  
**Subprocesso 3:** Leitura e problematização da temática com informações, questões e análise crítica para que sujeito-leitor possa refletir sobre as questões envolvidas no tema abordado, podendo levar à sua conscientização.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Na sequência, oportuna-se a leitura de um texto de perspectiva transfeminista à invisibilidade das suas vivências como mulher, intitulado “E não posso ser mulher?”, escrito pela travesti Letícia Nascimento (2021) para o capítulo de introdução do livro “Transfeminismo”, que está inserido para aprofundar a questão, na medida em que se espera já ter atualizado os alunos em relação à existência de diferentes sentidos colocados em circulação sobre o que significa ser “mulher” e as discussões que circularam legitimidade da “mulheridade” das mulheres-trans, por meio das atividades de leitura anterior. No texto, Letícia Nascimento resgata o enunciado “E eu não sou mulher?”, proferido no século XIX por Sojourner Truthn, uma abolicionista negra que abordava diferenças raciais dentro do movimento civis e luta por direitos da mulher, para reelaborá-lo e atualizá-lo ao discorrer sobre as dificuldades da sua vivência como sujeito travesti em uma sociedade dominada pelo discurso cis-normativo, o qual chama de “CISTema”, onde a vigilância dos gêneros binários o

machismo produz constantemente o sentimento de não pertencimento em sujeitos trans, dificultando seu o reconhecimento como mulheres por meio da negação das suas performances de “mulheridade”. A autora relata a crueldade da marginalização da identidade travesti, o cerceamento da sua autodefinição e a imposição do papel de gênero masculino, e inclusive a circulação de discursos transfóbicos em vertentes feministas. Contudo, a autora apresenta resistência dessas identidades aos discursos de regulação de gênero e suas contribuições para as lutas políticas contra o patriarcado através da disseminação de uma compreensão pluralista das mulheres, da feminilidade e da liberdade de performance de gênero.

Para a atividade de interpretação, elaboraram-se as seguintes questões: 1) Vocês concordam com a autora que a pergunta de Sojourner Truth e a reelaboração desestabilizam a concepção universal de mulher?; 2) Na sua opinião, a grafia escolhida para o termo sistema, em CISTema colonial moderno de gênero, influencia na compreensão do conceito?; 3) Conforme os argumentos apresentados pela autora, é possível ter perspectiva diferente sobre o que é ser a “mulher” do feminismo considerado padrão?; 4) Segundo a autora, a língua também é uma tecnologia de gênero que pode dificultar e proporcionar formas transgressoras de vivenciar a feminilidade? Como vocês acham que isso pode acontecer?; 5) A autora discorre sobre como suas experiências pessoais moldaram a compreensão sobre corpos e gêneros. Explique como as suas experiências moldam suas compreensões de gênero?; 6) Em grupos, pesquisem 5 relatos de vivências trans e organizem uma coletânea na plataforma Padlet.

#### 5.5 - AULA 4 (2 PERÍODOS AULA)

##### Quadro 5 - Metodologia da aula 4

**Duração:** cerca de 100 minutos;

**Local:** Sala de aula, biblioteca ou sala de informática;

**Organização dos alunos:** Dispostos em semicírculo para a conversa inicial, e, posteriormente, a realização das atividades reflexão e pesquisa em grupos de até 5 alunos.

**Recursos ou material necessário:** Quadro, caneta, wi-fi, lápis, borracha, folha com texto, computadores fornecidos pela escola e caderno.

**Subprocesso 4:** Leitura, comentários e análises críticas e pesquisa de conteúdos específicos sobre o tema para produção final dos alunos.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Para a próxima atividade, propõe-se a leitura do artigo de opinião “O que é uma mulher?”, do coletivo QG Feminista, presente no Anexo C. No texto, a autora aborda a definição de mulher, destacando a influência da biologia e da socialização. Mesmo com variações históricas e culturais, mulheres são atravessadas por fenômenos biológicos similares e característicos de fêmeas, como menstruação, gestação, amamentação e o parto, e características morfológicas e fisiológicas. Para além da biologia, a autora também argumenta que mulheres compartilham atravessamento social sob o patriarcado como, por exemplo, maternidade compulsória, violência sexual, heterossexualidade compulsória entre outras. Segundo a autora, igualmente homens compartilham dos mesmos fenômenos biológicos e sociais, e também são atravessados e privilegiados pelo mesmo discurso patriarcal que estabelece uma hierarquia que inferioriza as mulheres. E, conseqüentemente, mulheres trans, apesar da identificação subjetiva, não são mulheres, pois não há como transpor a experiência feminina por mera “vontade individual, ou demanda social” (ANEXO C). Por último, a autora argumenta que o assédio moral e apagamento das classes sexuais são uma estratégia do patriarcado para frear os avanços da libertação das mulheres.

Após a leitura, propõe-se duas atividades: a produção de comentários críticos sobre o texto lido, tendo em vista a discussão já produzida nas aulas anteriores, para qual foram elaboradas as seguintes questões: 1) Por que você acredita que a autora compara a crença no *terraplanismo* com a autoidentificação de pessoas trans?; 2) Discorra sobre a escolha da capitalização de algumas palavras do texto pela autora, como FÊMEA, MACHO, LUCIDEZ, REALIDADE MATERIAL E HISTÓRICA, e CONSTATAR?; 3) A autora critica a ideia de linguagem neutra e enfatiza a importância de conceitos bem definidos. Como essa perspectiva sobre a língua se relaciona no que diz respeito à percepção, construção e desconstrução de corpos e gêneros?; 4) Por que você acha que a autora resgata o enunciado *dividir para conquistar* no final do seu texto?; 5) Da forma como a autora realiza a organização da sua é possível identificar seus principais argumentos?; 6) Compare os argumentos do QG Feminista ao texto sobre Transfeminismo lido na aula anterior.

Por último, propõe-se que os alunos elaborem uma pesquisa sobre outros conceitos de mulher, gênero, tais como a perspectiva biológica, a perspectiva social e a perspectiva performativa para construção da produção final da unidade.

## 5.6 - AULA 5 (2 PERÍODOS AULA)

### Quadro 6 - Metodologia da aula 5

**Duração:** cerca de 100 minutos;  
**Local:** Sala de aula, biblioteca ou informática;  
**Organização dos alunos:** Dispostos em semicírculo para conversa inicial, e posteriormente a realização da atividade individual;  
**Recursos ou material necessário:** Quadro, caneta, wi-fi, lápis, borracha, folha com texto, computadores fornecidos pela escola e caderno.  
**Subprocesso 5:** Análise dos textos lidos anteriormente, resgatando arquivo pedagógico, bem como os posicionamentos antagônicos encontrados nos textos para organização dos enunciados em circulação.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Na penúltima atividade, procura-se estabelecer o entendimento dos alunos do processo da sequência didática por meio da integração dos textos estudados em aulas anteriores. Tendo em vista proporcionar aos alunos a oportunidade de relacionar os posicionamentos encontrados nos textos estudados, na atividade propõe-se que os alunos identifiquem nos textos distribuídos e pesquisados enunciados que sustentem os posicionamentos em circulação sobre o tema, e organizem coletivamente um mural na plataforma Padlet<sup>7</sup> para cada posição.

## 5.7 - AULA 6 (2 PERÍODOS AULA)

### Quadro 7 - Metodologia da aula 6

**Duração:** cerca de 100 minutos;  
**Local:** Sala de aula, biblioteca ou informática;  
**Organização dos alunos:** Dispostos em grupos para conversa inicial, e posteriormente a realização da atividade individual;  
**Recursos ou material necessário:** Quadro, caneta, wi-fi, lápis, borracha, folha com texto, computadores fornecidos pela escola e caderno.  
**Subprocesso 5:** Produção de um gênero textual argumentativo sobre o tema que esteve em debate nos processos anteriores, possibilitando o resgatar dos arquivos de leitura dos alunos e o arquivo pedagógico a respeito do assunto, bem como a sua posição com relação aos discursos nos textos apresentados.

**Fonte:** Elaborado pela autora

Para a atividade final, propõe-se a elaboração individual de um artigo de opinião, no qual os alunos devem defender seus posicionamentos em relação aos sentidos em disputa na conceitualização de mulher, problematizando ou defendendo a condição universal de mulher, apropriando-se de argumentos identificados nos textos lidos anteriormente. Sugere-se a publicação das produções na plataforma Padlet, proporcionando a oportunidade de os alunos

<sup>7</sup> <https://padlet.com/> - Plataforma virtual de criação de murais.

lerem e comentarem as produções de colegas e responderem a comentários sobre suas produções, identificando os argumentos formulados e a forma linguística como esses argumentos foram introduzidos nos textos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como interesse promover a Análise do Discurso como base teórico-metodológica para o ensino da leitura na disciplina de Língua Portuguesa. Dessa forma, foi produzida uma unidade didática discursiva cujo objetivo foi exemplificar o processo de construção de uma unidade didática discursiva, os subprocessos de integração de diversos textos com formações discursivas antagônicas para proporcionar aos sujeitos-leitores a oportunidade de entrar em contato com a disputa de sentidos em circulação, e, dessa forma, estimular a identificação de argumentos, que estão relacionados a posicionamentos específicos, a partir da leitura crítica e analítica do arquivo pedagógico construído de uma temática relevante para a conscientização social dos estudantes em relação ao respeito à identidade de gênero de mulheres trans.

Mediante ao proposto, conclui-se que é possível produzir uma unidade didático-discursiva relevante para o trabalho pedagógico com o embasamento teórico-metodológico da Análise do Discurso, para além do trabalho tradicional de estruturas textuais e regras do sistema linguístico. Contudo, o trabalho foi limitado apenas à elaboração da UDD e explicitação dos seus processos, pois não pôde ser aplicada em sala de aula, devido ao seu período de produção coincidir com as férias escolares. Nossa intenção, em um primeiro momento, era de produzir a unidade didática e utilizá-la em uma aula de língua portuguesa da educação básica, o que poderá ser feito posteriormente à conclusão desta pesquisa. Por fim, compreende-se que é necessário haver um investimento de interesse dos profissionais da educação linguística em promover e implementar novas abordagens ao ensino da língua em sala de aula que estimule a leitura para além da decodificação.

## 7. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado. In: **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. 1974.

AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, v. 1, n. 1, p. 129-144, 1 nov. 2011.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem: estudos e pesquisas**, v. 15, n. 1, 2011.

BRESSAN, Mariele Zawierucka. Formação Imaginária. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Glossário de termos do discurso - edição ampliada**. Campinas, SP: Pontes Editores. p. 125-130, 2020.

CAMPOS, Luciene Jung. Interpretação. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Glossário de termos do discurso - edição ampliada**. Campinas, SP: Pontes Editores p. 167-174, 2020.

DELA SILVA. Silmaria; LUNKES, Fernanda Luzia; GARCIA; Dantielli Assumpção; Baalbaki. **Análise de discurso, uma introdução**. Niterói: Eduff, 2022.

DIEGUEZ, Roberta Siqueira Mocaiber. A mulher transexual no discurso contemporâneo: um estudo de caso. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 11, n. 3, p. 521-538, 2016.



FERNANDES, Carolina. Os desafios de ensinar a Análise do Discurso e de se ensinar com a Análise do Discurso. **Revista Linguagem & Ensino**, 21(2), 17-39, 2018.

FERNANDES, Carolina. Procedimentos para uma intervenção pedagógica na perspectiva discursiva. **Revista Linguagem & Ensino**, v. 24, n. 3, p. 398-421, 2021.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso. *In*: FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Glossário de termos do discurso - edição ampliada**. Campinas: Pontes Editores, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 25 ed. Rio de Janeiro: (1970.), 1988.

INDURSKY, Freda. Leitura, escrita e ensino à luz da Análise do Discurso. *In*: NASCIMENTO, Lucas. (org.). **Presenças de Michel Pêcheux: da Análise do Discurso ao ensino**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2019. p. 97-120.

MAGALHÃES, Amarildo P. et al. Que pode a Análise do Discurso oferecer ao ensino de Língua Materna?. EDUCERE. Curitiba, 2007. p. 498-509.

MAZIÈRE, Francine. A análise do discurso: história e práticas. v. 14. Na Ponta da Língua. Traduzido por: Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2007.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo, SP: Editora Jandaíra, 2021.

NOBLE, Debbie Mello; MITTMANN, Solange. O professor e o aluno como agentes do desenvolvimento da leitura. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 26, n. 52, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum linguístico**, v. 1, n. 1, p. 73-81, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**. ORLANDI, Eni P; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi. **Introdução às ciências da linguagem - Discurso e Textualidade**. ed. 3 - Campinas, SP: Pontes Editores. p. 13-35, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Da argumentação na análise de discurso**. FLORES, Giovanna Benedetto et al. **Rede de afetos em discurso: uma homenagem à Mônica Zoppi-Fontana**. ed. 1 - Campinas, SP: Pontes Editores. p. 107-120, 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Sobre discurso e argumentação**. BIZIAK, Jacob dos Santos et al. **Análise de Discurso em Rede - Cultura e Mídia**. v. 6, ed. 1 - Campinas, SP: Pontes Editores, p. 21-33, 2023.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso (1969)**. Trad. Eni Orlandi. In: GADET, Françoise & HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp, [1975], 1995.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. [1975]. **A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975)**. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução: Péricles Cunha. p. 163-235. ed. 3 - Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 1997.

RADDE, Augusto. **Língua**. FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso - edição ampliada**. Campinas, SP: Pontes Editores. p. 181-184, 2020.

RODRIGUES, E. A.; AGUSTINI, C. L. H. **Argumentação em perspectiva discursiva: implicações para o ensino**. **Linha D'Água**, [S. l.], v. 36, n. 3, p. 293-320, 2023. DOI:

10.11606/issn.2236-4242.v36i3p293-320. Disponível em:  
<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/209964>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SILVA, Mariza Ganança Teixeira da. Outros sentidos para os Galhos Secos. **Discurso e Ensino: Práticas de Linguagem na Escola**. Campinas: Mercado das Letras, p. 31-38, 2009.

STEFANIU, Luciana Fracasse; DIAS DI RAIMO, Luciana Cristina Ferreira. O Poema O Bicho na Perspectiva da Análise do Discurso: processos de produção e efeitos de sentido. **Signum: Estudos da Linguagem**, v. 20, n. 1, p. 35-55, 2017.

VINHAS, Luciana Iost. Esquecimento(s). FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso - edição ampliada**. Campinas, SP: Pontes Editores. p. 91-96, 2020.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graziela; DE OLIVEIRA, Sheila Elias. Tá certo! Só que não... argumentação, enunciação, interdiscurso. **Linha D'Água**, v. 29, n. 2, p. 123-155, 2016.

## 8. ANEXOS

### ANEXO A — TEXTO DE TRANSCRIÇÃO DO DEBATE NA COMISSÃO O DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Na durante a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados de 30 de agosto de 2023, sucessivas declarações da deputada Cristiane Lopes (União-RO) ao longo da sessão foram rebatidas pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP) em seu argumento final.

#### Transcrições das falas de ambas deputadas:

##### Falas deputada Cristiane Lopes (Por ordem de acontecimento):

- É, presidente, em nome da presidente cumprimento a todas as colegas
- Quero parabenizar aqui a iniciativa da deputada Érica Cocai e todas as colegas que me antecederam e me unir a vocês nessa luta nessa batalha em defesa das mulheres e falar realmente da minha preocupação que cada vez mais as mulheres vão perdendo espaços
- Aproveitar essa oportunidade para dizer, por exemplo, que a gente — nós como mulheres

precisamos estar atentas com relação a isso né, com todo respeito né, é a gêneros com todo respeito a quem tem a sua escolha sua opção sexual, mas cada vez mais a gente vai perdendo o espaço

- Por exemplo, hoje as mulheres trans, elas já estão entrando na questão do esporte tomando lugar das mulheres, também já estão tomando lugar das mulheres nos desfiles que acontecem nas festas agropecuárias
- EU pelo menos tenho presenciado várias, onde é ao invés de uma mulher ganhar como rainha daquela festa quem foi escolhida foi uma mulher trans
- então me preocupa também em uma discussão como essa que nós estamos tendo aqui daqui a pouco nós termos cotas em concursos públicos como esse para mulheres trans
- E as mulheres cada vez mais e perdendo seus espaços não só para os homens, mas também para as mulheres trans
- Então a gente precisa ficar atento ter cuidado com relação a isso porque nós precisamos realmente de fato defender a mulher
- A mulher que tem é sua sensibilidade
- A mulher que precisa, sim, ser protegida que biologicamente é, é tem, sim, é menos força na hora de uma competição com relação aos homens
- É isso que estou falando vale também para concursos públicos daqui a pouco é aprovado um projeto de lei aqui nessa casa estabelecendo cota para as mulheres trans para que elas tenham uma porcentagem de direito às vagas nesses concursos públicos
- E aí cada vez mais as mulheres estão sendo forçadas e obrigadas a voltarem para dentro das cozinhas não que seja uma desonra, está dentro da cozinha é uma honra para mim como mulher, como mãe, como esposa, mas a gente tem que avançar e não regredir

- Então, eu fico muito preocupado com o que tá acontecendo neste tempo onde a mulher cada vez mais perde espaço na nossa sociedade
- Nós como mulheres, não podemos permitir isso
- A gente pelo contrário, a gente precisa é avançar em todos os segmentos da nossa sociedade

- Então queria deixar registrado essa fala também, presidente, como preocupação né com relação à mulher, não perder o seu espaço e a sua posição de poder estar onde ela quiser

- Inclusive a ainda um pouco mais daqui a pouco nós teremos cotas também quando a gente fala de legislação eleitoral uma porcentagem né
- Poderão sugerir até aqui nessa casa que é onde se propõe isso um projeto de lei
- Aí já fica até a ideia
- Aí daqui a pouco alguém vai sugerir né para que tenha cotas também para as mulheres trans competindo espaço com as mulheres então é dentro dessa
- Representatividade das mulheres então vamos ficar atentas
- Vamos ter cuidado e pensar de fato na proteção da mulher
- Meu muito obrigada, presidente

---

- Em nenhum momento aqui, é falei palavras agressivas contra deputada [Erika Hilton]
- Em nenhum momento aqui falei contra atuação da deputada
- Em nenhum momento aqui desmereci o trabalho da deputada e das outras deputadas que atuam milita né, que tratam de causas referente a mulheres trans enfim e que tem o seu direito de escolha de opção sexual
- Em nenhum momento falei sobre isso
- Eu falei aqui para que fique registrado em nome em defesa das mulheres
- As mulheres que fisicamente já isso não precisa nem o dizer que é comprovado cientificamente porque já é mais que comprovado cientificamente
- As mulheres elas têm condições biológicas físicas totalmente diferentes dos homens
- Qual foi o erro aqui?
- E qual é a inverdade que eu estou pronunciando na tarde de hoje?
- Estou falando uma verdade e que as mulheres
- As mulheres aquelas que parem
- As mulheres aquelas que sente dores do parto
- Aquelas que sentem cólicas
- Aquelas que sofrem é aquelas que sentem é TPM
- As mulheres de fato
- Estou falando que elas estão perdendo seu espaço, seu lugar de fala
- É isso que EU falei
- E não estou falando nenhuma inverdade, nenhuma mentira
- Estou falando do que está acontecendo
- E só pedir para que as deputadas né ficassem atentas com relação a isso na defesa das mulheres
- Então estou aqui cumprindo com meu papel com a minha missão de legislar

- De defender a mulher, de defender a mãe, de defender a família
- É o que eu estou fazendo aqui nessa tarde, é isso
- Defender as mulheres e simplesmente foi o que eu fiz
- Está tudo registrado aqui nessa casa
- E com todo respeito para quem quiser continuar fazendo atuação o seu mandar tem o seu direito de fala, mas eu também tenho o meu direito de fala como mulher e de defesa das mulheres
- E vou permanecer fazendo e utilizando o meu direito de fala e da minha atuação parlamentar para que possa continuar defendendo as mulheres do nosso país
- Deus abençoe meu muito obrigada

----

- Obrigada, presidente.
- É, se tem uma coisa que a política me trouxe, foi a feminilidade
- EU achava assim que EU entrei na política, EU achava que EU tinha que me masculinizar, deputada Catarina,
- Em alguns momentos, eu senti algumas mulheres que já estavam na política antes do que eu, apertando a minha mão de uma maneira forte, grosseira porque parece que a mulher, ela tinha que demonstrar o tempo todo que ela era mais do que os homens que ela é forte que ela aguenta que ela tá aí para qualquer parada que ela briga
- E foi nesse campo de batalha que eu entrei quando eu iniciei na vida pública, depois eu fui observando, principalmente, depois da minha segunda maternidade, o contrário que a minha segunda maternidade...
- Eu sou mãe, tenho uma filha de dezoito e uma bebê de um ano e seis meses
- E a minha segunda maternidade, ela me trouxe uma sensibilidade tão grande pra esse mandato e eu entendi o quanto nós mulheres somos fortes sendo delicadas, sendo sensíveis, tendo equilíbrio sem agredir ninguém sem ser ofensivas
- E é dessa maneira que eu venho levando meu mandato
- trazendo a sensibilidade, trazendo a tranquilidade, trazendo a paz, a essência de uma mulher para dentro do meu mandato político
- E nesse sentido, estou aqui cumprindo com meu papel com a minha... com o meu dever
- E o que eu ouvi aqui nessa tarde, além das várias agressões
- como foi foram citadas aqui pelo deputado Eli Borges que depois também eu vou pedir para analisar todas as palavras agressivas que foram falados contra mim, em nenhum momento eu agredi ninguém.
- Como foi falado o que estão querendo realmente é um programa e esse programa de fato ele está acontecendo e é inserido em todas as sociedades
- É essa conquista, essa conquista, mesmo que para isso tenha que massacrar, tenha que humilhar, tenha que pisar, e principalmente, passar por cima do direito das mulheres, mas para que os direitos dos considerados né das mulheres trans sejam aí é garantidos
- Pode ser garantido, mas que não passe por cima do direito das mulheres
- Nesse sentido, e por que EU falo isso, por que não existe então uma competição

- específica para os trans, para as mulheres trans
- Eles não querem uma competição específica para as mulheres trans,
  - Por que não existe então, é porque que não querem banheiros específicos para as mulheres trans?
  - Não, não querem
  - Querem competir espaço com as mulheres, é isso que querem
  - Por que não querem também, é um em todos os sentidos, por que não estabelecem políticas públicas de fato para as mulheres trans?
  - Não, não querem
  - Querem realmente dividir, competir espaço com as mulheres
  - É isso que EU tenho percebido aqui
  - Então é muita agressão
  - É nenhuma, tem muitas mulheres aqui, inclusive elas têm o desejo, elas têm o mesmo pensamento que eu, elas só não tem coragem muitas vezes de falar porque elas já sabem o quanto elas vão ser massacrada
  - Então é melhor ficar calada, é melhor aceitar ficar calada, fingir que não tá aqui deixar entrar pelo ouvido e sair pelo outro
  - Porque elas já sabem os níveis de ataques e de agressões que vão vir contra elas
  - e aqui de fato EU estou falando contra as mulheres, mas eu não vim aqui para me calar
  - Eu não vim, eu vim aqui para cumprir uma missão, para cumprir com o meu papel, para cumprir com o meu dever, para respeitar, inclusive no momento em que outros estão falando
  - Eu fui educada né, dentro de casa, graças a Deus, pelos meus pais para ter essa sabedoria e saber respeitar quando o outro está falando para não ficar interrompendo
  - Então o que a gente vê aqui é um nível de agressividade tremendo, horrível
  - A mulher não pode mais falar nada, a mulher não pode ter direito a nada
  - A mulher agora, ela não pode entrar ela, ela não pode falar do que ela pensa, ela não pode expressar os seus sentimentos
  - Por quê? Porque senão ela tá agredindo, ela tá ferindo
  - ela tá gente! Que absurdo que vi nessa tarde hoje aqui nessa comissão
  - EU é que fui agredida aqui
  - Varias palavras expressadas contra a minha atuação
  - meu direito de defesa das mulheres aqui foi totalmente bombardeado aqui nessa tarde
  - Vamos criar então crimes contra a mulher não existe quer dizer que é só transfobia e as mulheres aqui eu não posso defender
  - Eu não posso falar em nome das mulheres, o direito das mulheres, o lugar das mulheres em não competir com as mulheres quer dizer que eu não posso falar isso
  - Eu tenho que ser cerceada
  - A minha voz tem que ser calada e de outros não
  - Ora, por favor ! Deixa eu cumprir com a minha missão, deixa eu cumprir com o meu papel
  - E que tenham seus espaços, mas não queiram competir com as mulheres porque nós lutamos muito parar essas conquistas, lutamos muito mesmo por essas conquistas
  - Eu, por exemplo, estou com as minhas filhas e aqui cuidando da população cuidando

do nosso país e graças a Deus

- Tenham dado conta do recado, Deus abençoe

----

- Obrigada, presidente
- É, EU de fato fico admirada, né, com agressividade, inclusive vindo de uma mulher para com outra mulher
- Eu nunca pensei que defender -- a mulher em uma comissão de mulheres fosse causar tanto alvoroço.
- É e em nenhum momento aqui eu agredi a deputada e vou falar diretamente para ela - deputada Érica Hilton
- Em nenhum momento, deputada, lhe agredi pelo contrário, te parablenizo pela atuação e teu direito de fala em defender as mulheres trans
- Você está correta, você está aqui para defender as mulheres trans, as pessoas trans.
- Enfim, posso EU. EU vou
- Posso esperar meu tempo, com licença. EU posso deixa. Deixa EU aguardar. O quê eu não, não interrompi nenhum momento
- Presidente, sim, em nenhum momento aqui é falei palavras agressivas contra deputada [Erika Hilton] em nenhum momento aqui falei contra tua pessoa

**Fala deputada Erika Hilton:**

- Presidente, bom primeiro, queria chamar a atenção das mulheres desta comissão para que nós não caiamos no cinismo e nem na desonestidade intelectual
- Nós sabemos muito bem o que está colocado na centralidade desse tipo de narrativa e de discurso que quer excluir a mulheridade de mulheres transexuais e travestis
- É claro que o conjunto de mulheres da sociedade brasileira tem suas particularidades nenhuma de nós nesta sala somos iguais, presidente
- Nenhuma de nós temos a mesma a composição social, fisiológica, anatômica porque o espectro de mulheridade, ele é amplo
- E ele tem que contemplar a diversidade
- Então tentar usar características biológica para excluir, para desqualificar a mulheridade de mulheres trans e travestis
- É, sim, transfobia
- É, sim, transfobia escrachada
- Inclusive, esse discurso biológico já foi utilizado muitas vezes
- Já disse isso em uma outra oportunidade e vou repetir, para dizer, por exemplo, que mulheres negras não precisam de anestesia no parto porque as mulheres de verdade são as mulheres brancas
- As mulheres negras isso e aquilo, isso que mulher aquilo
- É o discurso biológico da exclusão
- O discurso biológico do preconceito



- O discurso que não leva em consideração qual é o recorte histórico social a qual nós mulheres transexuais e travestis estamos inseridas na sociedade brasileira
- Esta comissão aprovou uma nota de solidariedade a mim quando um deputado foi extremamente violento e esta comissão tem que chamar para si a responsabilidade de não permitir que falas como essa mascarada de preocupação com a mulheridade com mulheres de fato
- O que é mulher de fato?
- Para dizer da mulher que pare, para dizer da mulher que menstrua, para dizer da mulher que tem cólica
- Nós precisaríamos tripudiar, massacrar, açoitar, violentar o direito de outras mulheres
- porque estas mulheres ao não terem estas práticas biológica são menos mulheres e não são vítimas do patriarcado
- Nossa população vive às margens da sociedade, nós estamos em 2023 e somente nesta legislatura nós conseguimos chegar a esta casa
- Sabe porque não estávamos aqui agora por exatamente discursos como esses que nos empurram para as mazelas da sociedade
- Porque a sociedade ainda nos enxerga como menos mulher e ao nos enxergar como menos mulher também nos enxerga como menos cidadão
- Cidadão que não merece proteção, cidadãos que não podem estar nos esportes, cidadãs que não podem receber, como a deputada [Cristiane Lopes] falou, ser consagradas em agremiações e em festivais
- Nós temos que estar aonde?
- Nas esquinas de prostituição, nos cárceres, no drogadecídio
- Aonde que é o nosso lugar se também não é aqui discutindo uma agenda de direito a todas as mulheres a luta das mulheres transexuais e travestis desse país nunca excluíram nenhum tipo de mulher porque a luta de outras mulheres precisam excluir a nossa existência
- Sem contar que nós estamos diante de um cenário que aumenta gradualmente a violência contra nós e quando parlamentares que foram eleitas pelo povo usam destes passo de representação para dizer contra a dignidade desta população
- O que nós vemos são travestis que tem seus corações arrancados
- O que nós vemos são travestis e mulheres transexuais que não conseguem empregos porque não são consideradas dignas do mercado de trabalho e são expulsas de sua casa porque existe um sentimento no parlamento brasileiro que colabora com a cultura de ódio de preconceito e de estigma
- Porque o Supremo Tribunal Federal precisou discutir sobre a proteção destas mulheres
- Porque este parlamento segue calado não só calado porque se seguisse calado seria menos pior
- Mas segue borferando, segue dizendo asneiras o tempo inteiro abrindo a boca para dizer aquilo que não conhece
- Falando em opção sexual, o que tem a ver a identidade de gênero de mulheres transexuais e travestis com orientação sexual
- Discursos burros, discursos rasos, discursos preconceituosos e discriminatórios
- E nós chegamos aqui, sim, deputada [Cristiane Lopes]

- Mas não para discutir apenas os direitos das mulheres transexuais e travestis
- Porque eu não sou apenas uma mulher transexual e travesti
- Eu sou uma mulher assim como a senhora queira a senhora ou não na sociedade vítima da a sua opinião não me importa
- Vítima da violência, do ódio, do estigma, do preconceito
- E a senhora terá que aceitar que nós não falaremos só sobre agenda de direito de mulheres transexuais e travestis
- Nós temos um projeto para este país
- Um projeto que inclui todas nós
- Um projeto de dignidade, um projeto de emancipação, um projeto de vida, um projeto de pertencimento, um projeto de direito
- E um projeto que vai na contramão daquilo que é produzido aqui numa tentativa de parecer proteção de a grupo a ou grupo z quando, na verdade, não está se preocupada com proteger as mulheres de verdade que nas palavras da deputada [Cristiane Lopes] estão perdendo passos para as mulheres transexuais e travestis
- Que espaços são esse? Por que onde nós estamos?
- É a pergunta que não se calará
- Onde nós estamos?
- que espaço são esses?
- Quantas deputadas transexuais e travestis nós temos nesta casa?
- Quantas médicas transexuais travestis nós temos neste país?
- quantas juízas, quanto advogada?
- Nós não queremos que nós sejamos retratados porque estamos ganhando concurso x y z
- Queremos espaços dignos na sociedade
- Nós queremos o nosso direito à cidadania
- Nós queremos o nosso direito à vida
- Nós queremos andar nas ruas com as nossas cabeças erguidas sem medo de sermos mortas, violentadas, ridicularizadas
- Isto dadas pelo simples fato de sermos quem somos
- E discursos violentos, criminosos e discriminatórios como esses que nós não toleraremos
- A nossa passagem aqui não será figurativa
- Nós temos um propósito defender a vida de todas as mulheres, não deixar que nenhuma mulher negra, indígena, com deficiência, do campo, quilombola, nenhuma mulher se seja esquecida, seja pisada, seja açoitada
- Para que as mulheres avance, todas nós precisaremos avançar e este é o nosso compromisso
- Então eu peço a mesa presidente para que leve em consideração
- Para que este espaço, já vou concluir
- Para que este espaço não seja um espaço que aprofunde desigualdade
- Para que este espaço não seja um espaço que açoite ainda mais uma parcela vulnerável, precária, miserável da população brasileira

- Mas que o parlamento possa se comprometer a garantir uma política de vida de dignidade de emancipação e direito a todas as mulheres
- inclusive mulheres transexuais e travestis que são mulheres como quaisquer outras e não É o achismo, a opinião de pessoas que sequer sabem o que estão falando que vão negar isso
- Nós não precisamos da legitimidade da opinião de nenhuma deputada nesta casa
- A nossa luta é árdua, histórica e nós avançaremos queira o ódio, fascismo e a intolerância ou não, mas não permitiremos calada que falas de ódio e preconceito que seja bosferada pela boca de nenhuma parlamentar nesta comissão ou nesta casa
- Muito obrigada, presidente

## **ANEXO B — E NÃO POSSO SER EU UMA MULHER?**

### **E NÃO POSSO SER EU UMA MULHER? — Letícia Nascimento**

O discurso histórico proferido em 1851, em Ohio, nos Estados Unidos, por Sojourner Truth, traz a seguinte pergunta: “E eu não sou uma mulher?” A pergunta desestabiliza a concepção homogênea universal de mulher, e a tomo como ponto de partida para desenvolver uma das discussões sobre transfeminismo. Sojourner, mulher negra, traz à tona o fato de que mulheres negras vivem suas feminilidades de forma diferente das mulheres brancas. E essa diversidade de experiências femininas tomará ênfase com os redimensionamentos em torno da categoria gênero. A interrogação de se nós, mulheres transexuais e travestis, somos ou não mulheres, é um martelar constante, dúvida produzida pelo não enquadramento de nossas experiências dentro do CISTema colonial moderno de gênero.

Por um lado, como mulheres transexuais e travestis, podemos ter tido a infância roubada — ao menos muitas de nós, já que nossas realidades são diversas. A vigilância binária dos gêneros produz violências constantes, tratando de impedir que crianças trans\* femininas tenham uma infância livre, dado o sentimento de não pertencimento ao domínio socialmente estabelecido como masculino — ou feminino, no caso das infâncias trans\* masculinas. Por outro viés, as tecnologias de gênero, um conjunto de dispositivos linguísticos, jurídicos, educativos, dentre outros, que produzem o gênero (LAURETIS, 2019), e que nos cercam na contemporaneidade, fazem circular discursos que, ao mesmo tempo em que dificultam mulheres transexuais e travestis de se reconhecerem como mulheres, possibilitam a performance de formas transgressoras de experienciar as feminilidades (LOURO, 2004). É importante demarcar que o termo “trans\*”, com asterisco, sinaliza a ideia de abarcar uma série de identidades não cisgêneras.\*

De modo particular, as seguintes identidades estão contempladas no termo “trans”: transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines e pessoas não binárias. Já o termo “mulheres trans” refere-se a mulheres transexuais e mulheres transgêneras. E é importante dizer que apesar do termo “travesti” estar contemplado no termo “trans\*”, no intuito de reforçar essa identidade de gênero bastante marginalizada socialmente, opto por geralmente fazer referência à travesti fora do termo guarda-chuva, assumindo, portanto, uma postura política de afirmação das identidades travestis.

Particularmente, como travesti, tive, desde a infância, uma experiência cruel com o machismo e o sexismo, que cerceavam o meu poder de autodefinição, já que não me reconhecia no papel de gênero masculino que me era imposto. Apesar das dores, sempre tive respiros, prazeres clandestinos de uma infância transviada: brincar de boneca, desfilas com vestidos de lençol amarrados, brincar de roda, fazer comidinha com folhas. No encontro com as normas de regulação de meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros. Compreendendo que não somos naturalmente generificados, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos.

Durante toda a infância e a adolescência, período de descobertas, a ideia de “E eu não sou uma mulher?” sempre esteve presente, ainda que de outros modos, com outras palavras. A pergunta era como um sonho que se repetia todas as noites, um sonho muito desejado, embora às vezes fosse um pesadelo, repleto de medos, ameaças e escárnios. Eu vivia um lugar que, para muitos, é um não lugar - mas era um mundo só meu. Não estava em nenhuma margem do rio. Eu pensava que só poderia existir uma margem para o gênero masculino e outra para o gênero feminino. Rompendo com essa realidade, eu escolhi ser o próprio rio que corria veloz para além do vale, para um lugar onde se fazer era possível no confronto com algumas regras impostas. Quando resgato a provocação de Sojourner, “E eu não sou uma mulher?”, quero reelaborá-la inserindo o verbo “poder” “E não posso ser eu uma mulher?” - exatamente para enfatizar a existência de discursos que circulam socialmente, inclusive dentro do próprio feminismo, que pretendem determinar quem pode e quem não pode ser uma mulher. Discursos que insistem em considerar a “mulher” numa condição universal como única sujeita do feminismo. Discursos que, em um direcionamento cissexista, também impedem mulheres transexuais e travestis no feminismo.

Assim, inspirada por autoras como Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Jaqueline Gomes de Jesus, Gayatri Spivak, entre outras, entendo que o feminismo e a sociedade, em geral, precisam aprender a ouvir as experiências das mulheres e

feminilidades levando em conta sua pluralidade. Falo a partir de minha experiência como mulher travesti, negra, gorda, subalternizada pelo racismo, pelo cissexismo e pela gordofobia.

Escrevo a partir da minha própria carne, fabricada em meio a gritos diversos de dores, alegrias, esperanças, saudades, sonhos e esquecimentos. Escrevo me reconhecendo como transfeminista, reivindicando espaço no feminismo, fazendo clivagens teóricas e políticas no arcabouço feminista para pensar nossos corpos em aliança. Sobre a presença de mulheres transexuais e travestis no feminismo, é importante ressaltar que nós não somos super-heroínas que pretendem salvar o feminismo de possíveis equívocos históricos ou teóricos, que não é nossa intenção fragmentar o feminismo, muito menos a nossa produção pretende desconsiderar a produção existente sobre feminismo. O transfeminismo, entretanto, oferece um olhar diferente sobre o feminismo considerado padrão, assim como o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras perspectivas, também oferecem. Nossas experiências como mulheres transexuais e travestis são contribuições para o modo como entendemos o feminismo no campo das lutas políticas e das proposições teóricas.

É urgente que todas compreendamos que falar de mulheres no plural, de feminilidades, não é um mero slogan. Nossas experiências diversas exigem diferentes teorizações e demandas políticas dentro do feminismo. Manter essa pluralidade de vivências no caleidoscópio feminista significa entender que, apesar de diferentes, conectamo-nos com estruturas de opressão semelhantes, tais como o patriarcado, o machismo e o sexismo, que, no decorrer da história, vêm subjugando socialmente as experiências femininas. Neste livro, apresento o transfeminismo como parte do feminismo, como uma possibilidade de repensar as relações entre sexo-gênero-desejo e pluralizar as sujeitas do feminismo, de modo a superar universalidades e essencialismos limitantes à liberdade de performance de gêneros.

\*Nota da editora: apesar de dicionários - como o Houaiss - considerarem “cisgênero” e “transgênero” como adjetivos de dois gêneros e dois números e substantivos de dois gêneros, a nossa escolha, nesta obra e na vida, é flexionar tanto em gênero quanto em número, pois seguimos como as falas são vivenciadas nos movimentos trans.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. Editora Jandaíra, 2021.

## **ANEXO C — O QUE É SER UMA MULHER?**

### **O que é uma mulher? — Cila Santos**

Dispa todos os estereótipos e sobra no final uma fêmea humana adulta socializada. Essa definição é absolutamente eficiente podendo ser aplicada amplamente. Busque essas

peessoas, as tais mulheres, em qualquer tempo, em qualquer lugar e poderá encontrá-las procurando pelas “fêmeas humanas adultas socializadas”.

São o mesmo grupo, sujeitas potencialmente a todo o conjunto de fenômenos biológicos possíveis para quando se é uma FÊMEA. E por serem fêmeas, são todas atravessadas por uma socialização básica comum e sujeitas a fenômenos sociais muito parecidos. Simples assim. E, por óbvio, a cultura e a história vai resultar em “tipos” diferentes de mulheres. Uma mulher negra periférica, uma mulher amarela classe média, uma mulher branca rica, uma mulher branca deficiente, uma mulher negra lésbica, uma mulher indígena, uma mulher autoidentificada como homem. Todas “diferentes”. Mas todas suscetíveis aos mesmos fenômenos biológicos característicos de fêmeas: ter vulva, vagina, útero, seios lactantes, menstruar, gestar, parir, amamentar, entrar em climatério, e mais todas as características morfológicas e fisiológicas. Todas com a mesma socialização básica: o entendimento de que mulheres são inferiores aos homens e tem por função servi-los e dar-lhes filhos. E todas suscetíveis aos mesmos atravessamentos sociais: maternidade compulsória, heterossexualidade compulsória, violência sexual masculina, exploração de mão de obra reprodutiva. Mulheres.

E o que é um homem, em contraponto?

Dispa todos os estereótipos e encontra um macho humano adulto socializado. Busque os homens, em qualquer tempo, em qualquer lugar e poderá encontrá-los procurando pelos “machos humanos adultos socializados”. São o mesmo grupo, sujeitos potencialmente a todo o conjunto de fenômenos biológicos possíveis para quando se é um MACHO. E por serem machos, são todos atravessadas por uma socialização básica comum e sujeitos a fenômenos sociais muito parecidos. E, por óbvio, a cultura e a história vai resultar em “tipos” diferentes de homens. Um homem negro periférico, um homem amarelo classe média, um homem branco rico, um homem branco deficiente, um homem negro gay, um homem indígena, um homem autoidentificado como mulher. Todos suscetíveis aos mesmos fenômenos biológicos característicos de macho: ter pênis, próstata, ereção, ejaculação, andropausa e mais todas as características morfológica e fisiológicas. Todos com a mesma socialização básica: o entendimento de que homens são superiores a mulheres e que tem por função ser servido e cuidado por mulheres. E todos suscetíveis aos mesmos atravessamentos sociais: heterossexualidade compulsória, socialização para agressividade e violência — contra mulheres. A ideia de que deve dominar a natureza.

Homens. E aqui tivemos biologia básica, sociologia e de brinde agora uma pitada de teoria feminista, também conhecida como LUCIDEZ: Esses dois grupos, como podem

perceber são organizados de forma a manter uma relação desigual, marcada pela hierarquia. Um grupo se aprende inferior e passível de ser dominado. O outro grupo se aprende superior e possível de ser dominante. E por isso, por causa do tipo de interação que realizam entre si, tornam-se classes, estamentos. Classes sexuais onde o homem (o macho socializado para dominar) domina a mulher (fêmea socializada para ser dominada). E eu tendo a afirmar que esse raciocínio é bastante irrefutável visto que é baseado numa coisa chamada REALIDADE MATERIAL E HISTÓRICA. Aplicada em qualquer tempo. Qualquer espaço. Faça a experiência e tenha uma surpresinha, bem vinda ao que chamamos de patriarcado.

E agora vamos ao maravilhoso mundo dos terraplanismos que nos assolam. Mulheres que se autoidentificam como homens (aka “homens trans”) ainda são biologicamente fêmeas humanas (e portanto disponíveis para todos os fenômenos característicos da espécie como menstruar e gestar), também foram socializadas (ao menos, seguramente, na primeira infância) para cumprir os papéis sociais básicos destinados a quem nasce fêmea, e foram atravessadas, boa parte da vida, por fenômenos comuns a quem é uma fêmea humana. E ainda são atravessadas por tensões extras por conta de suas tentativas de reorganizar seu papel social baseado no sexo. São pessoas que tendem a desenvolver disforia, depressão, sofrem violência masculina e querem visibilidade. Querem ser reconhecidas como homens. Homens que se autoidentificam como mulheres (aka “mulheres trans”) ainda são biologicamente machos humanos (e portanto disponíveis para todos os fenômenos característicos da espécie como ter ereção e ejacular), também foram socializados (ao menos, seguramente, na primeira infância) para cumprir os papéis sociais básicos destinados a quem nasce macho, e foram atravessados, boa parte da vida, por fenômenos comuns a quem é um macho humano. E ainda são atravessados por tensões extras por conta de suas tentativas de reorganizar seu papel social baseado no sexo. Também são pessoas tendem a desenvolver disforia, depressão, sofrem violência intra-masculina e querem visibilidade. Querem ser reconhecidas como mulheres. Exceto que não é possível. Desculpa pessoal.

Se você nasce uma mulher, identificar-se com um homem não te tornará um. Porque agora você sabe o que é um homem. E se você nasce homem, identificar-se como uma mulher não vai te tornar uma. Porque agora você sabe o que é uma mulher. E assim, não há nada de errado em CONSTATAR isso, tá? Todo o assédio moral que pessoas sofrem por dizer essa obviedade atende a uma agenda patriarcal misógina porque embaralhar e apagar o significado dessas classes sexuais é uma estratégia muito esperta do patriarcado para frear avanços do movimento de libertação das mulheres.

Mas olha, quando temos conceitos bem definidos podemos dizer com a consciência tranquila. Mulheres não homens. Homens não são mulheres. Há um abismo (biológico e social) entre essas duas categorias. Abismo esse que não é possível de ser transposto por mera vontade individual, ou mesmo demanda de um grupo isolado. Vivemos em uma sociedade de estamentos. De classes bem definidas e que estão aí estabelecidas há uns 6 mil anos e contando, privilegiando homens e oprimindo mulheres. E a única coisa que pode realmente mudar a definição dessas categorias se chama: REVOLUÇÃO SOCIAL. Só com o fim da estrutura do patriarcado, com o fim da hierarquia entre os sexos, mulheres poderão ser apenas fêmeas da espécie humana vivendo e se comportando como bem entender sem que o seu corpo signifique opressão, sofrimento e tortura. E homens poderão ser os machos da espécie humana, sem esse pacto com a masculinidade que os transforma em máquinas de destruição em massa. Mas dá um trabalho danado isso né? Parece utópico. Irrealista. Nem parece que ontem, nós mulheres, nem alfabetizadas éramos e hoje estamos aqui, avançando contra essa m\* toda. O que é triste nisso tudo é a instrumentalização de pessoas que realmente acreditam estar lutando pra incluir populações marginalizadas, ou lutando contra o patriarcado, ou incluindo “todes”. Mas eu me pergunto realmente se ninguém nota como isso é uma solução fácil, enlatada pelo sistema capitalista pra cooptar as pessoas para uma luta que os interessa e não pra disputa que é realmente transformadora. E sobre como é alienante. Sobre como vamos nos tornando alienados do que nos oprime aderindo a essas fantasias vocabulares. Se não pronunciar não existe. Vamos fingir que homens podem ser mulheres. Vamos fingir que podemos nos mover entre as castas, vamos ignorar toda a organização da estrutura patriarcal que nos troca de roupa mas não troca de função. Vamos usar uma “linguagem neutra”, porque sim, a linguagem neutra está diminuindo os índices de feminicídio, casamento infantil, leis repressivas contra o aborto. Vamos falar “pessoas que menstruam”, “pessoas que gestam”, “pessoas que amamentam”, mas olha só, todas essas pessoas só podem ser fêmeas humanas. Porque só fêmeas tem potencial biológico (realizado ou não) para realizar essas atividades. E estas fêmeas humanas (a despeito de como queiram ser vistas e chamadas), não controlam como são tratadas pelo patriarcado. A despeito de como se identifiquem. E o patriarcado sabe bem o lugar de cada fêmea. Parece que a frase “dividir para conquistar” não significa nada pra essa galera.

Chega de burrice, pelo amor de deus.

Disponível em: <https://qgfeminista.org/o-que-e-uma-mulher/> Acesso em: 18 de jan. de 2024.